



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 24 de junho de 2025.

Edição 4436 | Páginas: 18

9ª LEGISLATURA | 3ª SESSÃO LEGISLATIVA | 68º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

MARCINHO BELOTA
4º SECRETÁRIO

ISAMAR JÚNIOR
OUVIDOR-GERAL

Dr. CLÁUDIO CIRURGIÃO
CORREGEDOR GERAL

JOILMA TEODORA
SECRETÁRIA ESPECIAL DA MULHER

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Isamar Júnior;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Claudio Cirurgião.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputado Dr. Meton.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Marcinho Belota.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Renato Silva;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputado Armando Neto.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputada Catarina Guerra.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputada Joilma Teodora – Vice-Presidente;
- c) Deputado Rárison Barbosa;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Armando Neto.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Catarina Guerra.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Idázio da Perfil.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Renato Silva;
- d) Deputado Rárison Barbosa;
- e) Deputada Angela Águida Portella.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Meton;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Eder Lourinho – 1º Suplente;
- g) Deputado Gabriel Picanço – 2º Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Mesa Diretora

- Ato da Mesa Diretora nº 059/2025 02

Presidência

- Ato da Presidência nº 017/2025 02

Superintendência Legislativa

- Emenda à Constituição nº 095/2025 02

- Requerimentos nº 078 a 081 e 083/2025 02

- Ata da 17ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 04

- Ata da 18ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 13

- Ata da 19ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 16

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 587 a 598/2025 17

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 6294 a 6297/2025 18

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Administrativa

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Administrativa, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MESA DIRETORA

ATO DA MESA DIRETORA Nº 059/2025

Dispõe sobre a autorização para lotação de servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, em consideração ao Memo nº 064/2025, do Deputado Estadual Rarison Barbosa, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, com fulcro no art. 3º, §1º e §2º da Resolução Legislativa nº 06/2019, pelo prazo de 180 dias, a contar do dia 1º de junho de 2025, a lotação dos servidores abaixo relacionados para desenvolverem no escritório de apoio às atividades parlamentares do Deputado Rarison Barbosa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 3805, Bairro Santa Tereza, Boa Vista – RR:

- I- Allan Pires de Oliveira – mat. 29956;
- II- Ana Carolina Cordeiro dos Santos – mat. 29957;
- III- Ana Cleide Rodrigues da Silva – mat. 29958;
- IV- Ana Paula Sousa de Brito – mat. 29960;
- V- Carlos Rodrigo Teixeira Costa – mat. 29963;
- VI- Celso dos Santos Dias – mat. 29964;
- VII- Cláudia Rodrigues Aleixo – mat. 29965;
- VIII- Darlene de Jesus Souza – mat. 31379;
- IX- Dejaci Ferreira Borges – mat. 34687;
- X- Dorivan de Souza Pires – mat. 31298;
- XI- Edimar Fernandes Cunha de Sousa – mat. 33561;
- XII- Elenice Ribeiro Oliveira – mat. 29969;
- XIII- Elinaldo Silva Rodrigues – mat. 29971;
- XIV- Flexsandro da Silva Almeida – mat. 29975;
- XV- Gabrielle Alessandra de Souza Sevalho Neves – mat. 29976;
- XVI- Giziane Cruz Souza Pereira – mat. 29978;
- XVII- Halison Lima de Souza – mat. 33563;
- XVIII- Hilmária da Conceição Silva – mat. 29980;
- XIX- Ivailson Soares Maia – mat. 31299;
- XX- Joselia Maria Costa Silva – mat. 29991;
- XXI- Luan Peres Furtado – mat. 29999;
- XXII- Manoel da Conceição Gaia Neto – mat. 33330;
- XXIII- Maria Jose Alves de Santana Duarte – mat. 30002;
- XXIV- Maria Lurdiene Silva Amorim – mat. 30662;
- XXV- Nilmara Queiroz de Pinho – mat. 30006;
- XXVI- Osvaldo Pereira Alencar Junior – mat. 33497;
- XXVII- Paloma Cristina Bico Melo – mat. 32143;
- XXVIII- Patrick Silvanio da Silva Dourado – mat. 31783;
- XXIX- Pedro da Silva Araújo – mat. 30008;
- XXX- Raimundo Nonato Costa – mat. 30009;
- XXXI- Rosa Marlene Pereira das Chagas – mat. 30012;
- XXXII- Rosenilde Pereira Silva – mat. 30014;
- XXXIII- Ryan Victor Oliveira de Souza – mat. 31008;
- XXXIV- Sabrina Silva Ferreira – mat. 30422;
- XXXV- Sandro Lucio Silva Santos – mat. 33399;
- XXXVI- Sílvia de Freitas Ribeiro – mat. 30020;
- XXXVII- Steffane Nascimento Rodrigues – mat. 32858.

Art. 2º Autorizar, com fulcro no art. 3º, §1º e §2º da Resolução Legislativa nº 06/2019, pelo prazo de 180 dias a contar do dia 1º de junho de 2025, a lotação dos servidores abaixo relacionados para desenvolver no escritório de apoio às atividades parlamentares deste deputado:

- I - Lylían Riany Lopes da Silva – mat. 32242;
- II - Pedro Augusto Leite da Silva – 30007;

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual RENATO SILVA
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS
2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima



PRESIDÊNCIA**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017/2025**

Cria Comissão Especial para analisar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 006/2025.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Criar Comissão Especial para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 53, de 31 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 194, de 13 de dezembro de 2012, e Lei Complementar nº 8, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 2º Fica esta comissão composta pelos seguintes parlamentares:

- I – Dep. Marcos Jorge;
- II - Dep. Chico Mozart;
- III - Dep. Renato Silva;
- IV - Dep. Jorge Everton; e
- V - Dep. Coronel Chagas.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA**EMENDAS À CONSTITUIÇÃO****EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 095, DE 10 DE JUNHO DE 2025**

Acrescenta o § 8º ao art. 4º do ADCT da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do § 3º do art. 39 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescenta o § 8º ao art. 4º do ADCT da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 4º [...]

§ 8º Até que entre em vigor a nova regulamentação legislativa, aplicar-se-á, por simetria, a diferenciação prevista no art. 40, §1º, inciso III, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 103/2019, que estabelece a geral de 3 (três) anos de redução para todos os prazos que se refram a mulheres policiais civis, especificamente aos prazos contidos no caput e no §3º do art. 5º, bem como no inciso I do § 2º do art. 10 da EC n. 103/2019. (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 10 de junho de 2025.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual RENATO SILVA
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS
2º Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 78/2025**

RETIRADA DE ASSINATURA DE APOIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 04/2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Deputado Estadual Márcio Agra Belota, com mandato regularmente exercido nesta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, com fundamento no Regimento Interno desta Assembleia, requerer a retirada de sua assinatura de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 04/2025, que acresce o artigo 20-L à Constituição do Estado de Roraima, e dá outras providências, após avaliação detida de seu teor.

No momento da assinatura, não havia tomado total ciência do teor da matéria. Contudo, após análise mais aprofundada, constatarei que a referida propositura prevê a investidura nos quadros da Polícia Civil sem a realização de concurso público, o que, em meu entendimento, fere frontalmente os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e do concurso público, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Diante disso, reafirmando meu compromisso com a legalidade e com a Carta Magna, reitero minha decisão de não apoiar a continuidade da tramitação da PEC nº 04/2025 com minha assinatura.

Solicita-se que esta manifestação seja recebida para os devidos fins e que a retirada da assinatura seja registrada nos autos da tramitação da referida PEC, com as devidas anotações administrativas e nos sistemas internos desta Casa Legislativa.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Boa Vista – RR, 17 de junho de 2025.

MARCIO AGRA BELOTA
DEP. ESTADUAL

REQUERIMENTO Nº 79 DE 2025.

Requer retirada da assinatura da PEC 004/2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**
Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, em conformidade com os art. 185, § 1º inciso IX e art. 209 do Regimento Interno desta Casa, vem requerer a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Roraima n.º 004/2025.

Após uma análise mais aprofundada do assunto, e ao analisar o Parecer da Procuradoria Geral da Assembleia que opinou pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição Estadual n.º 004/2025, e reafirmando meu compromisso com a legalidade e com a Carta Magna, retiro minha assinatura da PEC em questão.

Solicito, portanto, as providências cabíveis para o cancelamento do apoio anteriormente registrado.

Boa Vista, 18 de junho de 2025.

DR. CLAUDIO CIRURGIÃO
DEPUTADO ESTADUAL

REQUERIMENTO Nº 080/2025

Requer retirada de assinatura da Proposta de Emenda Constituição nº 004/2025

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**
Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, em conformidade com os art. 185, § 1º inciso IX e art. 209 do Regimento Interno desta Casa, vem requerer a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Roraima n.º 004/2025.

Após uma análise mais detalhada da Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Roraima n.º 004/2025, que prevê a investidura nos quadros da Polícia Civil sem a realização de concurso público, reavaliei meu posicionamento quanto ao conteúdo e por entender que a mesma fere princípios constitucionais, retiro minha assinatura da PEC em questão.

Além disso, o Parecer da Procuradoria Geral da Assembleia opinou pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição Estadual n.º 004/2025, o que reforça ainda mais meu posicionamento.

Dessa forma, solicito que esta manifestação seja considerada para todos os efeitos legais e regimentais.

Nestes termos,

Palácio Antônio Augusto Martins, 18 de junho de 2025.

NETO LOUREIRO
DEPUTADO ESTADUAL

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 014/2024
REQUERIMENTO Nº 081/2025

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado **Soldado Sampaio**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, nos termos do §1º do art. 63 do Regimento Interno deste Poder, requer a Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período para esta Comissão Especial, criada por meio do Ato da Presidência nº 014/2024, para acompanhar os trâmites documentais de vacância da Secretaria de Estado de Justiça e da Cidadania, bem como as novas nomeações de policiais penais.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2025.

Deputado Rárison Barbosa
Presidente da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 83/2025

Requer a realização de Sessão Especial no dia 07 de agosto de 2025, às 09h00, para homenagem a TV Assembleia de Roraima pelo aniversário de 10 anos de instalação, lançamento da TV ALE Play, bem como entrega de comendas.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso IV do art. 136 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a realização de Sessão Especial, para o dia **07 de agosto de 2025 (quinta-feira), às 09h00, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas**, para homenagem a TV Assembleia de Roraima pelos 10 anos de instalação, lançamento da TV ALE Play, bem como entrega de comendas.

Na referida sessão especial, o Poder Legislativo homenageará a TV Assembleia de Roraima pelos 10 anos de instalação, ocasião em que haverá o lançamento da TV ALE Play, com divulgação de QRCode para acesso. Na oportunidade, ocorrerá entrega de comendas a pessoas que contribuíram com esse histórico da TV ALE-RR.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2025.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

ATAS

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 27 DE MAIO DE 2025, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGE EVERTON (Em exercício)

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima sétima Sessão Ordinária da terceira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Bom dia a todos. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcos Jorge** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 68/2025, encaminhando o Projeto de Lei n. 126/2025, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e dá outras providências”. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 193/2025, encaminhando Relatório de Atividades do 1. Trimestre de 2025. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:** Despacho n. 2363464/2025, requerimento de intervenção e orientação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) de Alto Alegre. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 120/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “autoriza o Poder Executivo a criar um programa destinado a conceder auxílio-financeiro à pessoa idosa, a fim de lhes proporcionar oportunidade de praticar atividades físicas orientadas

por profissionais qualificados e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 121/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre a criação de um programa intitulado Juventude Empreendedora, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 122/2025, de autoria do deputado Rarison Barbosa, que “dispõe sobre a inclusão da disciplina de Inteligência Emocional na grade curricular da educação básica das redes de ensino público e privado do estado de Roraima e altera dispositivos da Lei Ordinária n. 1.936, de 29 de fevereiro de 2024, para integração da matéria no currículo oficial”; Projeto de Lei n. 123/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre autorização para que as faculdades ou universidades públicas, ou privadas, do curso de Agronomia disponibilizem parte da carga horária do estágio obrigatório, para prestação de consultoria técnica a agricultores familiares e pequenos produtores e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 124/2025, de autoria do deputado Renato Silva, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos de insulina aos portadores de diabetes, no âmbito do estado de Roraima, inscritos em programas de educação para diabéticos”; Projeto de Lei n. 125/2025, de autoria do deputado Isamar Júnior, que “institui a Política Estadual de Conscientização Sobre a Importância dos Conselhos Tutelares, no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 127/2025, de autoria da deputada Tayla Peres, que “dispõe sobre critérios de transparência para cobrança de dívidas aos consumidores do estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 128/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre instituir o Cadastro Estadual de Condenados por Crimes contra a Dignidade Sexual, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 129/2025, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “institui o programa Cidade Amiga do Idoso no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 130/2025, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “institui o programa estadual de Inclusão Digital para Pessoas Idosas no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 131/2025, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “Institui o Programa Nutricional para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA no âmbito do estado de Roraima”; Projeto de Decreto Legislativo n. 036/2025, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que “concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo, na categoria Grande Mérito, ao senhor Edilson Damião Lima, e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 037/2025, de autoria da deputada Tayla Peres, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a pessoa que indica e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 038/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 039/2025, de autoria do deputado Coronel Chagas, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Dr. Samir de Araújo Xaud, por ser o primeiro roraimense a ser eleito como presidente da CBF, a maior entidade de futebol do Brasil, que menciona e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 040/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 041/2025, de autoria do deputado Armando Neto, que “concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo, na categoria Grande Mérito, a Samir de Araújo Xaud”; Projeto de Decreto Legislativo n. 042/2025, de autoria do deputado Jorge Everton, que “concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo, na categoria Mérito Especial, ao Senhor Samir de Araújo Xaud”; Indicações n. 170 e 171/2025, de autoria do deputado Marcelo Cabral; Indicações n. 172, 173 e 175/2025, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicação n. 174/2025, de autoria do deputado Lucas Souza. Indicações n. 176, 177, 178, 179 e 180/2025, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicações n. 181 e 182/2025, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicação n. 183/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Moção de Aplausos n. 12/2025, de autoria do deputado Neto Loureiro, pelo “Dia do Assistente Social” a ser comemorado no dia 15 de maio; Requerimento n. 51/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, para remarcação da data de realização da Sessão Especial aprovada por meio do Requerimento n. 50/2025 para o dia 18 de junho de 2025, às 9h, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, para homenagem e comemoração em alusão ao Dia Nacional do Socorrista; Requerimento n. 52/2025, de autoria do deputado Coronel Chagas, que requer a realização de Sessão Especial no dia 26 de junho de 2025, às 9h, para homenagem e entrega de comenda ao Atlético Roraima Clube, primeiro campeão roraimense de futebol profissional do ano de 1995 e os Atletas Campeões do respectivo título; Requerimento n. 53/2025, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que requer a conversão da Sessão Plenária do dia 12 de junho de 2025 em 2ª Reunião Ampliada do Colegiado de deputadas e deputados do Parlamento Amazônico no ano de 2025; Requerimento n. 54/2025, de

autoria da Comissão Especial criada nos termos do ato da presidência n. 29/2024, que requer prorrogação de prazo; Requerimento n. 55/2025, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 01/2024, que requer prorrogação de prazo; Requerimento n. 56/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que requer a realização de Sessão Especial no dia 16 de junho de 2025, às 09h30, para homenagem ao Navio-Patrolha Fluvial (NPaFlu) Roraima da Marinha do Brasil, pelos 50 anos de relevantes serviços prestados durante navegação nos rios da bacia Amazônica, bem como entrega da Comenda História Viva de Roraima; Requerimento n. 57/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que requer a realização de Sessão Especial no dia 02 de junho de 2025, às 09h30, em comemoração ao Dia da Imprensa, bem como entrega de Comendas Orgulho de Roraima; Memorando n. 37/2025, de autoria da deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na sessão do dia 14 de maio do corrente ano; Memorando n. 29/2025, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência nas sessões dos dias 13 e 14 de maio do corrente ano; Memorando n. 29/2025, de autoria do deputado Isamar Júnior, justificando sua ausência nas sessões dos dias 08 e 13 de maio do corrente ano. **DIVERSOS:** Carta, de autoria do V Acampamento Terra Livre – Movimento Indígena de Roraima, que manifesta indignação e denúncia a violações de direitos. Ofício n. 1293/2025, de autoria da SESAU, em resposta à Indicação Parlamentar n. 129/2025, do deputado Dr. Meton.

Esse é o Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura do Expediente, solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Presidente, temos dois oradores inscritos, o deputado Renato Silva e a deputada Catarina Guerra. Porém, pode passar primeiro a palavra para a eminente deputada.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Deputada Catarina Guerra, com a palavra por até 30 minutos.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Bom dia a todos. Agradeço a gentileza do deputado Renato em me ceder o início da fala e digo que eu tenho certeza de que a fala do deputado Renato também vai contribuir muito com o que eu venho noticiar hoje, aqui nesta Tribuna, em razão dos fatos que foram noticiados, durante a semana, nos nossos meios de comunicação, com incansáveis notícias que entristecem o coração e que nos deixam preocupados, nos fazemos ter a certeza de que precisamos assumir uma grande responsabilidade.

Tivemos casos voltados à violência a vulneráveis, abusos sexuais de crianças, adolescentes e mulheres, que nos deixaram chocados, e fizemos com que refletíssemos. Trouxemos hoje essa demanda para esta Tribuna. Inclusive, estamos no mês Maio Laranja, que é considerado o mês de mobilização nacional contra este tipo de violência. Nosso estado, hoje, possui uma grande taxa de estupros e torna-se o maior estado em comparação com outros estados. Isto não pode ser comemorado, isto não pode passar em branco.

A nossa capital, Boa Vista, ocupa 72% desses casos. Casos estes que atingem 92% de crianças e adolescentes meninas, mas o sexo masculino, infelizmente, tem pontuado e tem aparecido com muitos casos também. E esse crescimento vem se dando desde os anos de 2022 e 2023, quando foram constatados em torno de 884 casos. Em 2024, fechou-se com mais de 760 casos. E apenas nesse início do ano de 2025, mais de 150 casos já foram noticiados. E olha que nós estamos deixando as subnotificações de fora. Imaginem quanto será realmente esse número? E sem contar, é claro, de acordo com os dados da Polícia Civil, sem computar esses últimos casos que foram mais de 10. Casos que envolvem Rorainópolis, Uiramutã, Boa Vista, Baliza e tantos outros municípios que talvez estejam realmente de fora.

E nós precisamos parabenizar a Polícia Civil, que tem atuado frequentemente no combate a esses crimes hediondos, como também o Tribunal de Justiça, que tem se colocado à disposição, que já buscou o deputado Renato para que possamos intermediar uma fala, colocar a Assembleia como palanque para que possamos proporcionar essa discussão.

Eu convido os colegas aqui presentes para que possamos reincidir nessa fala, fortalecer com campanhas prioritárias, com ações voltadas ao debate, ao diálogo, à conscientização, porque 65% desses casos aconteceram dentro de casa, algo para refletirmos. Eu pensei que eu posso estar sujeita a vivenciar algo disso ou alguém próximo a mim. É dentro de casa que nós buscamos o conforto e o consolo, e é dentro dela que nossas crianças e adolescentes estão sofrendo esses abusos.

Nós não podemos, como entidade, como políticos, como servidores, como pessoas, vermos essa outra porcentagem. Cabe a nós

essa proteção, em cuidar. Precisamos assumir essa responsabilidade, porque se essa reincidência de crimes bárbaros está acontecendo, é porque o serviço público tem falhado. Nós, como Assembleia, precisamos assumir essa responsabilidade.

Registro que há pouco tempo as deputadas Joilma Teodora e Angela Águida Portella estiveram reunidas com os conselhos tutelares, buscando esse reconhecimento, essa valorização, porque são pessoas que atuam na ponta, no combate, no enfrentamento e no apoio a esses casos. Mas precisamos nos unir e hoje agradeço aos nobres colegas que assinaram uma PEC proposta por mim, para que possamos colocar o enfrentamento às violências contra as crianças e adolescentes como prioridade na nossa Constituição. Então, agradeço aos colegas que já assinaram. É uma forma da Assembleia se posicionar, estar presente através da legislação que coloca como um direito fundamental que o estado precisa fornecer a devida segurança para os casos de violência, que estão amparados, sobre os quais precisaremos assumir um viés, para tirar o nosso estado desse marco que nos envergonha, que nos entristece. Concedo um aparte à deputada Aurelina.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Esses últimos dias eu tenho ficado mais parada em casa e realmente assusta o que temos visto nos últimos dias, tanto a questão do estupro como a violência contra a mulher, que têm tomado o espaço das redes sociais.

Eu não sei o que fazer. Nós já lidamos. E continuar a lidar até hoje com a questão do suicídio, que é uma questão que não sei... Eu acho que por mais que façamos, a Assembleia faça, nós não chegamos a todo mundo. Nós precisamos unir forças com as instituições públicas responsáveis, escolas, a educação, precisamos urgentemente fazer isso.

Temos visto a atuação da Polícia Civil, como você falou aqui, da Polícia Militar, com relação a esses problemas, mas são problemas que olhamos. Fazemos aqui a nossa fala, conhecemos casos, visitamos, conversamos, mas nós não sabemos o que nós podemos fazer para que possamos reduzir essa situação. Talvez a gente busque, além do Tribunal de Justiça, o apoio das instituições públicas mesmo, de saber que, pelo menos, existe uma preocupação muito grande com essa questão. A incidência é imensa. Boa Vista, tudo bem, é o município que tem a maior população, mas isso está se estendendo às vicinais, às pequenas vilas, envolvendo idosos que cometem também esses crimes, envolvendo jovens, envolvendo famílias. Nós temos visto, inclusive, pais e mães, mesmo que sejam padrastos ou madrastas, também envolvidos nessa questão.

Então, é louvável a sua preocupação. Conte conosco, mas vamos buscar. Nós precisamos ter uma abrangência maior para realmente divulgar e buscarmos um meio para ajudar as pessoas que passam por esse problema. Contem conosco. Obrigada.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** continua – Obrigada, deputada Aurelina. Eu acho que você complementou a importância, realmente, da atuação das campanhas de conscientização, abordagens voltadas ao posicionamento do Poder Judiciário, a ação voltada ao Ministério Público e as entidades que podem atuar diretamente e que irão somar conosco, sem dúvida, numa forma de atuação.

Eu quero aqui solicitar e deixar um requerimento ao nosso presidente, deputado Jorge Everton, que hoje preside essa Sessão, para que possamos, deputado, sugerir aos deputados que tiverem interesse, a criação de uma comissão mista, para que possamos analisar os pontos positivos sinalizados pelo próprio Tribunal de Justiça, para que possamos recebê-los e convocar as demais entidades e autoridades que possam contribuir com essa pauta, com esse assunto. E, assim, nós poderemos embarcar numa grande campanha de conscientização, porque a impunidade é levada, muitas vezes, ao descrédito de achar que aquilo não vai dar em nada. E o vício vivenciado dentro da casa das nossas crianças e adolescentes tem ocasionado a reincidência de muitos casos como esse.

Já tenho aqui relatos de deputados que se colocam à disposição para também fazer parte dessa comissão. Eu gostaria muito que a presidência avaliasse esse requerimento e, assim, pudéssemos, em forma de debate. Colocar, realmente, aqui as práticas que o Parlamento realiza, que são a discussão e o debate. Nós podemos buscar uma solução em conjunto com campanhas, com conscientização, indo não só na capital, apesar de ela ter realmente o maior índice, 72% dos casos de violência com as crianças e adolescentes. Entretanto, como muito bem relatado pela deputada Aurelina, os nossos interiores, as nossas comunidades indígenas, as vicinais têm ocupado um grande índice que nós precisamos sanar, diminuir para que não ocupemos esse índice do estado que mais comete violência doméstica e estupro contra as nossas crianças. O deputado Coronel Chagas também quer contribuir, concedo um aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputada Catarina, parabéns pela sua iniciativa, conte com o nosso apoio. São violências silenciosas que acontecem, muitas vezes, dentro da casa dos nossos jovens. Dizer que a Polícia Militar, através da diretoria de ensino em parceria com a Secretaria de Educação, lançou, recentemente, uma cartilha que traz relatos de histórias reais que chegaram às salas de aula da rede estadual de ensino e isso foi transformado numa cartilha que traz diversas histórias de crianças e jovens que passaram por situações de violência sexual. Essa cartilha está sendo distribuída na rede estadual de ensino. Vem para mostrar às demais crianças que, às vezes, passaram por uma situação de abuso e, às vezes, se sentem culpadas quando, na verdade, elas são vítimas. Para encorajá-las também, caso tenham algum fato a relatar.

São diversos casos, nos assusta! Por isso, que eu digo que a sua iniciativa é muito boa. Conte, desde já, com o nosso apoio e com o apoio da Comissão de Educação desta Casa, que eu presido. Participaremos e deliberaremos sobre essa sua PEC e veremos o que mais a Assembleia pode fazer. Por exemplo, essa cartilha que a Polícia Militar realizou em parceria com a Secretaria de Educação, nós conseguimos imprimir mil exemplares para dar início e para ver se a gente atrai mais simpatizantes e fazer chegar aos mais de 80 mil alunos da rede estadual de ensino. Tudo que nós pudermos fazer para mitigar esse problema. É importante para os nossos jovens e para as nossas crianças. Parabéns.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** continua – Obrigada, deputado Coronel Chagas. Agradeço sua contribuição e, de antemão, já sugiro, se possível, solicitar, se houver possibilidade, que se disponibilize em PDF essa cartilha. Inclusive, para que pudesse ser disponibilizada no site da Assembleia, onde há um grande alcance da população para que acesse, para servir de orientação não só para os alunos. A escola ocupa um lugar extremamente importante nessa atuação, no acolhimento. E nós precisamos também pensar nesses pós, porque, a partir do momento que você conscientiza, que você encoraja alguém a denunciar um ato de abuso sofrido, e nós falamos isso de adulto, quanto mais se fala de criança, que rede de apoio vamos oferecer posteriormente? Em que aconchego essas crianças vão se sentir acolhidas? Então, pela faixa etária delas, muitos estão na sala de aula ainda e precisam ser acolhidas.

Vamos parabenizar essa ação da Polícia Civil pela elaboração dessa cartilha, buscar alternativa para disponibilizá-la de forma física. Mas, eu acredito, deputado Coronel Chagas, que pelo meio virtual que vivenciamos, podemos conseguir uma conversão em PDF, um arquivo que possa ser disponibilizado via WhatsApp e no site da Assembleia para que possamos ter ainda mais alcance, porque a informação é um grande caminho para a prevenção e precisamos somar com ela.

Agradeço a oportunidade, que possamos conseguir uma atuação frente a essa Comissão. Acompanharei o protocolo e o andamento da minha PEC, para que possamos ter efetividade e uma política capaz de sanar, enfrentar e combater, de certa forma, a violência contra as nossas crianças e adolescentes. Muito obrigada, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Deputada Catarina, eu pergunto se o requerimento foi feito por escrito ou apenas verbal? Para que nós possamos montar essa comissão. Peço ao Jardel que providencie para atender o pedido da deputada Catarina.

Deputado Renato Silva, o senhor tem até 30 minutos.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar todos os colegas, pares parlamentares, que estão acompanhando na TV Assembleia e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa.

Quero parabenizar a deputada Catarina Guerra. Ontem, trocamos ideias sobre como iniciar um trabalho coletivo, partindo do Legislativo, sobre esses casos de estupro, de assédio, de estupro de vulnerável e a deputada Catarina falou que iria se manifestar na Tribuna e, eu, respeitosamente, dei a preferência para ela. Entretanto, é um assunto que todos nós temos que nos preocupar. Porém, antes de iniciar a minha fala, eu queria, primeiramente, parabenizar a Polícia Civil e o Tribunal de Justiça. Nós temos aqui em Roraima, um Tribunal de Justiça que é referência para o país e quero falar, em especial, às Varas de Crime de Vulnerável, que são coordenadas pelo Dr. Esdras. O Dr. Esdras, recentemente, foi homenageado aqui nesta Casa Legislativa pelo seu trabalho prestado ao estado de Roraima. Eu tive uma reunião, na última sexta-feira, com o Dr. Esdras e ele me transmitiu a preocupação que está tendo devido ao aumento de casos de estupro contra mulheres, contra crianças aqui no estado de Roraima. Nós precisamos da conscientização de todos os parlamentares, deputado Jorge Everton, deputada Catarina Guerra, deputado Neto Loureiro, junto com o Tribunal de Justiça, junto com o governo do estado, para fazermos uma ação em conjunto. Não só uma campanha

publicitária, ela ajuda muito na conscientização dos familiares, porque o maior caso de abusos acontece dentro de casa, com amigos, vizinho, familiar e está virando normal. Todos os dias abrimos o jornal e está lá que uma criança foi estuprada.

Eu vou trazer aqui para Vossas Excelências, para a população que está nos assistindo: Roraima tem a maior taxa de estupro de mulheres e meninas do Brasil, aponta anuário. O estado registrou uma taxa de 112,5% de estupros para cada grupo de 100 mil habitantes em 2023, quase três vezes mais do que a média nacional. Os dados foram apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mulheres e meninas que vivem em Roraima são as maiores vítimas de estupro, no Brasil, com uma taxa por cem mil habitantes de 193,8%, quatro vezes maior que a média nacional, que é de 69%.

Isso é muito grave. Em outros estados do Brasil, existem delegacias especializadas, delegadas e delegados especializados para combater esse tipo de crime e, principalmente, para atender as crianças. Salas reservadas, delegados e peritos-legistas especializados para tratar crianças que foram vítimas de abuso, para que não precisem entrar numa delegacia, no meio de criminosos para serem atendidas. Para que o médico-legista que atende um atentado de assassinato, vítima de homicídio e tentativa de homicídio, não se misture com uma criança que foi abusada.

Nós precisamos nos reunir com o Tribunal de Justiça, o Dr. Esdras, juiz de direito, que é da Vara de Crime de Vulnerável, está à disposição para trazer essa realidade aqui para a Assembleia Legislativa. Vamos marcar, deputada Catarina, quero que a senhora seja presidente dessa comissão. É importante para uma mulher que é mãe de duas meninas, eu sou padrinho delas, tome a frente dessa importante comissão. E que possamos unir o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e o governo do estado, para que possamos agora no orçamento de 2025 e para 2026, colocarmos recursos para capacitar e estruturar a Polícia Civil, pois ela vem fazendo um excelente trabalho.

Nós temos esses dados hoje, porque a Polícia Civil está trabalhando sério, vendo essa notícia no jornal, porque o Tribunal de Justiça está trabalhando sério e eu vou ler aqui para Vossas Excelências algumas matérias.

No dia 15 de fevereiro de 2025, comerciante é preso por amarrar e estuprar menino de 11 anos em comunidade indígena em Roraima; Idoso, de 83 anos é preso por estuprar menina de 2 anos, filha de vizinhos no interior de Roraima. Mulher denúncia o próprio irmão por tentativa de estupro; Professor preso acusado de estuprar adolescente em Rorainópolis; Borracheiro é preso por estuprar sobrinha, de 11 anos, em Boa Vista; Homem é preso por estuprar enteada de 15 anos, em um matagal no sul de Roraima; Jovem é preso suspeito de estuprar a própria filha de 2 anos em abrigo de Boa Vista; Operação prende três homens acusados de estupro de vulnerável em Boa Vista; venezuelano é preso por estuprar a filha de 13 anos em Roraima.

Pessoal, eu trouxe aqui alguns fatos e aqui não estão nem 10% dos crimes que aconteceram só em 2025, deputada Aurelina. Ou seja, esses foram os casos que a polícia conseguiu punir os criminosos, mas aqueles casos que nem chegam a ser denunciados. Que segundo os estudos são quatro, cinco, seis vezes maiores que isso.

O meu partido, Podemos, em Brasília, está levantando uma campanha muito importante para todos os crimes contra crianças se tornarem hediondos. A deputada federal, presidente do Podemos, Renata Abreu, está levantando essa campanha em Brasília.

Quero que os nossos parlamentares federais, deputados federais e senadores, possam abraçar essa causa. Nós precisamos aumentar o grau de pena para esses criminosos, porque pelo que nós vimos, eles perderam o medo da punição, senhor deputado Marcos Jorge.

Deputada Catarina Guerra assume essa missão. Quero ser membro dessa comissão, vamos trabalhar no orçamento. Eu olhei agora aqui para o presidente do orçamento, sou o relator da LDO e serei o relator do orçamento deste ano para 2026. Vamos fazer um trabalho em conjunto, junto com o governo do estado, para colocarmos no orçamento do Tribunal de Justiça, para que eles possam montar uma estrutura melhor para essas causas; para a Polícia Civil, para eles se equiparem melhor, preparar os delegados e as delegadas e poderem fazer uma área especial para atender essas crianças. Porque você imagina o constrangimento de uma criança, depois de ter sido abusada, chegar em uma delegacia e contar o que aconteceu, às vezes, ela tem que contar o que aconteceu por diversas vezes. E, cada vez que a criança tem que contar o que aconteceu, com certeza é um sofrimento imenso.

Nós precisamos fazer essa união em conjunto, Segurança Pública, Tribunal de Justiça e governo do estado. Pode falar, deputada Catarina Guerra.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Obrigada, deputado Renato Silva. Gostaria de somar com a sua fala bem precisa e necessária. Eu acho que cabe realmente um caminho da pauta que a deputada federal já vem defendendo, de nós colocarmos qualquer crime contra a criança como hediondo. Eu acho que cabe a cada um fazer a sua fala com os nossos deputados federais parceiros e cobrar realmente deles esse posicionamento. É uma forma de nós colocarmos a legislação mais firme para quem sabe coibir, porque como Vossa Excelência falou, o medo parece que não existe mais para esses criminosos que ultrapassam qualquer barreira e acham que a impunidade é certa.

E, dizer também que essas notícias que o senhor leu não são desse ano, infelizmente, elas são apenas do mês de maio. Quantos outros casos passaram batidos realmente com números realmente maiores que nem a notícia expõe. Nós não podemos ignorar esses números, essas notícias, essas informações.

Como eu falei e repito, qualquer um de nós está sujeito a vivenciar isso dentro de nossas casas. Nós precisamos assumir essa responsabilidade como deputado, como Assembleia. Se posicionar e cobrar das entidades e do governo do estado, essa política pública voltada a essa atuação junto com esses fatores, com o Tribunal de Justiça e com a Polícia Civil, dando subsídios. Como Vossa Excelência falou do orçamento, que eles possam ter estrutura preparada para que nós possamos dar suporte ainda mais, não só no combate, mas também no acolhimento, porque infelizmente, esses casos não vão encerrar de imediato. Mas, quando isso acontecer, nós podemos, através de estrutura e suporte nas delegacias e nos próprios Tribunais de Justiça, dar apoio para minimizar esses casos. E contem comigo, tenho certeza de que outros colegas vão querer participar dessa comissão, que terá muito trabalho, mas terá muita ação e nós vamos poder colher bons frutos, com índices sendo diminuídos, com punição eficaz. E dando suporte tanto para a polícia quanto ao tribunal e outros órgãos envolvidos. Obrigada pela oportunidade e parabéns por sua fala.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Obrigada, deputada Catarina Guerra. Eu quero, meus caros colegas, nesse exato momento, encerrar o meu pronunciamento. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Eu gostaria, e aproveitando a fala da deputada Catarina Guerra e do deputado Renato Silva, de montar uma comissão com cinco membros. Eu indico a deputada Catarina Guerra pelo União Brasil, como autora do requerimento para que seja a presidente nata. Pergunto ao deputado Marcos Jorge: quem indica?

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Indico a senhora deputada Tayla Peres.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – A deputada Aurelina Medeiros se indica, representando o PP?

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O Podemos indica quem, deputado Renato Silva? O deputado Renato Silva pelo Podemos.

Como o membro do PRTB está entre o deputado Marcinho Belota e o deputado Coronel Chagas, fica só faltando a indicação para saber.

Tem mais algum deputado que queira participar? Nós podemos aumentar a comissão para incluir mais membros. Deputada Joilma Teodora, gostaria? Sim, o deputado Coronel Chagas vai representar o PRTB, mais alguém, não? Pronto, está montada a comissão.

Passamos agora para a Ordem do Dia: discussão e votação em turno único das seguintes proposições: **Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 56/2025 ao Projeto de Lei n. 272/2024**, de autoria do deputado Marcinho Belota, que “institui a Política Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, com diretrizes para ações educativas e preventivas voltadas à conscientização da população sobre a tutela responsável e a prevenção de maus-tratos contra animais, no âmbito do estado de Roraima”; **Mensagem Governamental de Veto Total n. 57/2025 ao Projeto de Lei n. 276/2024**, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que “dispõe sobre a alteração do nome dos institutos de medicina e odontologia legais, localizados em Boa Vista e Rorainópolis e dá outras providências”; **Mensagem Governamental de Veto Total n. 58/2025 ao Projeto de Lei n. 247/2024**, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “institui a criação do serviço, via WhatsApp, denominado Samu na Palma da Mão e dá outras providências”; **Mensagem Governamental de Veto Total n. 59/2025 ao Projeto de Lei n. 238/2024**, de autoria do deputado Dr. Meton, que “estabelece a obrigatoriedade de instalar uma placa em obras públicas estaduais interrompidas, indicando claramente as razões da paralisação e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 142/2024**, de autoria do deputado Armando Neto, que “declara a meliponicultura como atividade de relevante interesse social, econômico e ambiental”; **Projeto de Lei n. 180/2024**, de autoria do deputado Eder Lourinho, autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos estaduais:

(“Naming Rights”); **Projeto de Decreto Legislativo n. 71/2024**, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”; **Moção n. 12/2025**, de autoria do deputado Neto Loureiro, Moção de Aplausos pelo Dia do Assistente Social a ser comemorado no dia 15 de maio”; **Requerimento n. 51/2025**, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que “requer a remarcação da data de realização da Sessão Especial aprovada por meio do Requerimento n. 50/2025 para o dia 18 de junho de 2025, às 09h, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, para homenagem e comemoração em alusão ao Dia Nacional do Socorrista”; **Requerimento n. 52/2025**, de autoria do deputado Coronel Chagas, requerimento para realização de Sessão Especial no dia 26 de junho de 2025, às 09h, para homenagem e entrega de comenda ao Atlético Roraima Clube, primeiro campeão roraimense de futebol profissional do ano de 1995 e os atletas campeões do respectivo título; **Requerimento n. 53/2025**, de autoria do deputado Gabriel Mota, requer a conversão da Sessão Plenária do dia 12 de junho de 2025 em 2ª Reunião Ampliada do colegiado de deputadas e deputados do Parlamento Amazônico no ano de 2025; **Requerimento n. 56/2025**, que “requer a realização de Sessão Especial no dia 16 de junho de 2025, às 09h30, para homenagem ao Navio-Patrolha Fluvial (NpaFlu) Roraima da Marinha do Brasil, pelos 50 anos de relevantes serviços prestados durante navegação nos rios da bacia Amazônica, bem como entrega de Comenda História Viva de Roraima”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; **Requerimento n. 57/2025**, que “requer a realização de Sessão Especial no dia 02 de junho de 2025, às 09h30, em comemoração ao Dia da Imprensa, bem como entrega de Comendas Orgulho de Roraima”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; **Projeto de Decreto Legislativo n. 40/2025**, que “concede a Comenda de Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental n. 56/2025 de Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 272/2024, de autoria do deputado Marcinho Belota.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 56/2025 ao Projeto de Lei n. 272/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco a matéria em discussão. Para discutir, deputado Marcinho Belota.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Presidente, eu vejo tanta coisa ser aprovada aqui nesta Casa e até ser rejeitada. Mas esse projeto, senhor presidente, institui a política estadual de proteção e bem-estar animal, criando as diretrizes e contando com o apoio da Polícia Militar. Isso aqui é uma das coisas mais simples que o estado já deveria ter. Mas, infelizmente, políticas públicas nunca foram criadas para a causa animal. Eu sempre bato nessa tecla, do apoio do governo em relação às nossas leis. Nós sempre vemos e empurramos com a barriga para o município, como o responsável por tudo que acontece aos animais do nosso estado.

Conclamo aos nobres pares a entenderem que o projeto apenas cria políticas de prevenção e combate os maus-tratos em relação ao abandono. Estou aqui na Assembleia, acabei de mostrar para o deputado Neto Loureiro que já abandonaram mais um animal na estrada amarrado. Então, é criar políticas públicas para que possamos combater tantos crimes de maus-tratos. É o que eu tenho a falar, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta “não”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O União Brasil orienta voto “não”.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Senhor presidente, Dr. Meton vota “não”.

O Senhor Deputado **Rárisson Barbosa** – O PMB orienta voto “não”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “não”, nenhum voto “sim” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 56/2025 de Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 272/2024, de autoria do deputado Marcinho Belota.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental n. 57/2025 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 276/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental n. 57/2025 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 276/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Para discutir a matéria, deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Nobres deputados, esse projeto é de minha autoria, a pedido da Associação dos Peritos Oficiais de Roraima. Eles fizeram um documento para mim, para solicitar a mudança de IML para Imol. Nós tivemos essa discussão prévia, porém, tivemos a orientação inclusive, da delegada-geral, Dra. Darlinda, conversei também com o deputado Jorge Everton. E, de acordo com a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, já existe essa prerrogativa, essa orientação que não haja essa mudança, que permaneça a nomenclatura de IML como é em todo o Brasil praticamente.

Apesar de o projeto ser de minha autoria, inicialmente, a pedido da Associação dos Peritos, muitos desses associados pediram a manutenção do veto. Inclusive, liguei hoje para alguns associados que assinaram e fizeram a reflexão e me fizeram um pedido para que fosse mantido o veto. Mantendo toda essa coerência em relação ao pedido dos próprios servidores, a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, eu peço, apesar do parecer favorável da Procuradoria, que nós, deputados estaduais, temos essa prerrogativa de legislar sobre essa matéria, mas por conta da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, peço para que esse veto seja mantido. É o que peço aos nobres colegas.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação. Atendendo ao pedido do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que pede pelo voto “sim”, para manter o veto.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Senhor presidente, a pedido do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, autor do projeto, o PMB orienta “sim”, pela manutenção.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovada à Mensagem Governamental n. 57/2025 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 276/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental n. 058/2025, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 247/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental n. 058/2025, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 247/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** – Senhor presidente, eu não entendo como é que fazem esses vetos nesses projetos, porque, às vezes, 90% do que nós colocamos nesses projetos são trabalhos que já são executados no estado. Eu acho que lá nem se lê esses projetos. Só chegam lá e dizem: “veta, veta e veta”.

Esse trabalho do Samu na Palma da Mão é importante para ajudar a vítima acidentada, naquele momento, e a primeira pessoa que chegar com o celular poder pedir o socorro. É de suma importância ser socorrida imediatamente. Então, pedimos o apoio dos colegas para derrubar esse veto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O União orienta o voto “não”, para rejeitar o veto governamental.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Entendendo que o serviço sendo via WhatsApp não há que se falar em valores para implementação do serviço, deputado Idazio, portanto, lhe parabenezo e oriento o voto “não”.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Senhor presidente, o Dr. Meton vota “não”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Registro o voto do deputado Meton, votando “não”.

Para discutir, deputado Marcinho Belota.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Deputado Idazio, quero lhe parabenizar pelo seu projeto. Como o senhor falou, tem coisas que não dá para entender como são rejeitadas, alguns vetos. Você pode ter certeza de que isso vai facilitar a vida de muita gente e da população que tanto precisa desse serviço. Parabéns, mais uma vez, pelo serviço. O meu voto é “não”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “não” e nenhum voto “sim”, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 058/2025, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 247/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental n. 059/2025, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 238/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental n. 059/2025, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 238/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – O autor da matéria quer discutir, dou a preferência.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Para discutir, deputado Dr. Meton.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Presidente, conforme já aprovado nesta Casa, essa proposta vem para garantir a transparência e o acesso à informação sobre as paralisações de obras públicas estaduais. E, com essas instalações de placas, as pessoas vão ter informação do motivo dessa paralisação e vão conseguir saber também uma data para retomada das obras. Então, eu peço aos colegas deputados que acompanhem a derrubada desse veto a um projeto que só vem trazer a transparência para o povo do nosso estado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Para discutir, deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Desde a primeira vez que eu vi o projeto do Dr. Meton, vi que esse projeto é muito importante. Parece um projeto simples, mas não é. Olha o que nós temos aqui, no estado de Roraima, de obras inacabadas e não é explicado o motivo. E tudo tem que ser claro para a população entender. Nós estamos com o hospital em Pacaraima que está paralisada a obra há quase dois anos, mas não é culpa do governo do estado. É porque vinha uma contrapartida do governo federal e essa contrapartida nunca chegou. Mas quando o pessoal vê a obra inacabada, é culpa de quem? A culpa é do governo! Só que o recurso que vinha para finalizar o hospital não veio. Então, o governador vetar um projeto desse é ruim até para o próprio governo, para poder explicar por que as obras, às vezes, não são só com recurso estadual, têm contrapartida de órgão federal e de emendas parlamentares federais. Por exemplo, a educação, foi emenda do governo, com emenda do senador Chico Rodrigues. Então, tem que estar claro nas placas das obras, quando houver algum tipo de paralisação, para a população entender o motivo da paralisação da obra. E também serve para resguardar a nós, parlamentares, quando destinarmos recursos para o município. Fazer uma obra que o município não executa, que a função de executar é do município e não nossa, tem que ter uma placa lá. O prefeito vai ter que colocar porque é emenda estadual, explicando o motivo pelo qual não concluiu a obra. Então, esse projeto do deputado Dr. Meton é importantíssimo. Nós temos que derrubar esse veto e o governador não deveria ter vetado esse projeto aqui, até por causa própria. Já antecipo meu voto pela rejeição desse veto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Para discutir, deputado Rárison Barbosa.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Obrigado, senhor presidente. Inicialmente, gostaria de parabenizar o deputado Meton pelo projeto. É importante que tenhamos essa clareza nas informações e deixar o povo realmente informado. Nas minhas várias andanças no estado, deputado Marcos Jorge, eu estive na comunidade de Santa Rosa, onde eu fui cobrado pela população local sobre a questão de uma escola que tem lá, cuja obra está parada há mais de 15 anos. É uma obra grande, era uma escola que ia dar um suporte para as crianças que moram naquela localidade estudarem. Hoje, elas estão em uma escolinha que é adaptada, era um posto de saúde e que não tem a mínima condição de dar uma qualidade de ensino. A partir de então, eu fiz alguns pedidos de informação para saber em que condição essa obra está. E confesso ao senhor que, até agora, não tive ainda as informações para poder cobrar.

Então, realmente esse é um projeto importante, para que nós possamos até dar celeridade às obras que estão paradas. E não é uma perseguição, uma forma de expor. É uma forma de realmente prestar contas do nosso serviço com a sociedade roraimense.

Parabéns, deputado Meton, pelo projeto. É um projeto que realmente tem funcionalidade, que vai realmente trazer essas informações para as pessoas que tanto precisam. Em especial, nós que somos fiscais do povo, deputado Marcos Jorge, precisamos dar essa resposta. Adiantando o meu voto, para que possamos aprovar o projeto do deputado Meton aqui nesta Casa. Era isso, senhor presidente, obrigado e bom dia.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – A deputada Aurelina tinha solicitado, eu vou passar a palavra para ela.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, não resta dúvida da importância que tem o projeto do deputado Dr. Meton. Apesar de ter tido, se eu não me engano, esse projeto, parecer pela inconstitucionalidade, mas desperta uma questão que a própria Assembleia pode solicitar, por pedido, não sei, de alguma forma relacionar, chamar aqui.

Nós lutamos pelas escolas há muito tempo. Escolas que são do FNDE, do governo federal. A maioria das escolas que estão paralisadas é por conta de obras de recursos do governo federal que não chega. Nós não temos só o hospital de Pacaraima, nós temos o de Mucajaí, do Bonfim, que era emenda do deputado Jhonatan. Eu lembro que em 2019, eu fui lá para a assinatura da ordem de serviço e, infelizmente, o governo federal deixa de repassar os recursos por alguma razão que nós precisamos conhecer. Porque só colocar uma placa não explica muito. Nós precisamos realmente cobrar de quem é dono da emenda. Nós temos estradas que não têm recuperação há três anos, esperando emenda do deputado que nunca chega. A liberação desses recursos que nunca chegam. Nós precisamos que isso seja claro. Realmente, sobra a responsabilidade para o estado e nós também somos responsáveis. Nós não cobramos, não é? E a maioria é hospital de Mucajaí, de Pacaraima e de Bonfim. Tem outro que eu não estou lembrando. Todos paralisados por conta de recursos federais. O hospital do Bonfim chegou ao ponto de a justiça determinar que o governo do estado, com recursos próprios, termine a obra. Desde 2019, já tem seis anos. É um município grande e aí são várias obras. Eu vou sempre lá e cobram muito de mim.

Aqui, a escola Elza Breves está praticamente há três anos com os alunos ou transporte escolar para um outro lugar. E todos os recursos que eu tenho buscado cobrar são recursos do FNDE, recursos próprios da educação provenientes do governo federal ou são recursos de emendas parlamentares. E, hoje, o pessoal já aprendeu muita moda. Todo mundo pede emenda sem saber nem o que é. Pensa que emenda nós fazemos todos os dias e que nós temos recursos para fazer a hora que quisermos. E vocês viram, e acho que a população não entende muito isso. E, agora, ainda estão tentando liberar parcelas de emendas federais do ano passado. Diante daquela confusão toda do Dino de pedir explicações corretas, que eu acho, que as emendas muitas vezes vêm quando eram emendas diretas, que eu não vou nem dizer pix, porque ninguém tinha projeto. O recurso chega, vocês estão vendo isso em São Luís, a CPI, a pessoa aplica onde quer. Quer dizer, na hora de vir a meta é uma, depois se transforma em outra.

Então, realmente nós temos essa de 15 anos, Rarison, já acabou faz é tempo, porque acho que o deputado que indicou já deve ter morrido. Mas, tem vários casos e nenhum desses casos com que eu me deparei até agora é oriundo de emendas do governo estadual. O deputado Marcos Jorge falou bem aqui, a educação, quando saiu o recurso de emenda do Chico, a contrapartida do estado está aí. Saiu o prédio. Sai, mas o grande problema é que os deputados fazem muita festa com emendas. Alardeiam que “Eu fiz, que eu consegui a emenda”, só falta fazer chegar a emenda para realizar as obras.

Mesmo antes da placa, para nós podermos dar conhecimento à população, é preciso que nós peçamos explicações aos órgãos competentes, acerca das reais motivações da obra não continuar.

Hoje, eu vejo o hospital de Pacaraima, já foi objeto de justiça e tem mais uma coisa, muitas vezes o empresário ganha uma obra com preço lá embaixo, porque participa de uma licitação e depois até inexecuível. Aí ele para. Para tirar um camarada desse de uma obra que ele ganhou por licitação leva um ano, dois.

Então, nós precisamos realmente saber as reais motivações. Eu acho que se nós formos colocar em uma placa, será colocado: “Parada por falta de recursos”. E daí, de onde veio esse dinheiro? Quem é o responsável? O que nós podemos fazer? Então, isso merece, presidente, que nós realmente peçamos de cada instituição as obras paralisadas e as razões por que estão. E fazer um trabalho junto aos deputados federais e senadores. Eu não tenho conhecimento de obras paralisadas por recursos de emendas de deputados estaduais. Até porque as nossas emendas são muito pequenas para fazer uma obra maior. Obrigada, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Para discutir, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, serei breve, até em atenção aos nossos colegas que ainda farão uso da palavra, mas vejamos, como se trata de um assunto importante. Ouvindo aqui os colegas que me antecederam, deputada Aurelina, com muita ponderação e com contribuições relevantes, como as do deputado Renato. Mas, eu estava aqui refletindo e eu não vejo nenhum impedimento para a derrubada do veto. Até porque essas questões sobre a forma com que será comunicada na placa, serão objeto de regulamentação por parte dos municípios ou do governo do estado. O fato é que me parece muito oportuno nós termos mais transparência para a população. Se, por um lado, às vezes, falta recurso por A ou B motivo para a conclusão de uma obra e necessita do aumento da contrapartida, quer seja do estado ou do município, por outro lado, nós sabemos que muitas vezes há empresas mal-intencionadas que entram em licitações e causam dificuldade, deputado Idazio, aos executivos, quer sejam estaduais ou municipais. E nós vemos isso em diversas obras. Acompanhando de perto, como tive a oportunidade enquanto secretário da Fazenda, vi que a amplíssima maioria das emendas parlamentares federais foi liberada, deputado Cláudio, a seu tempo para o governo ou para os municípios. Parece-me que a maior dificuldade de liberação é quando são emendas não impositivas, que dependem da boa vontade do governo federal. Mas quando se trata de emenda impositiva, salvo a última discussão do ministro Dino e a discussão que se deu no Supremo, parece que de maneira acertada também, porque dá transparência para a remessa dos recursos públicos, mesmo em caso de emendas pix, porque depende de uma aprovação prévia de plano de trabalho do objeto do destino daqueles recursos, por outra via, se nós implementamos aqui a proposta do Dr. Meton, nós daremos transparência também para a população que não tem acesso para entrar no portal da transparência, fazer uma pesquisa na internet, para ver por que a empresa paralisou as obras, se requer um reajuste porque jogou o preço lá embaixo ou porque, de fato, demorou a licitação, ou de fato está faltando repasse do governo federal e está aumentando a contrapartida do ente.

Eu quero aqui aproveitar para parabenizar o governador Antonio Denarium, porque em diversas obras ele se dispôs, junto com o secretário e vice-governador, Edilson Damião, a aumentar a contrapartida do estado para salvar, deputada Aurelina, muitas obras aqui do estado, porque se depender só do FNDE ou do governo federal, mesmo com a boa vontade da nossa bancada de deputados federais e senadores, nós não teríamos essas obras concluídas, como temos visto em diversos casos.

Por fim, quero parabenizar o senhor deputado Dr. Meton, que está preocupado com a transparência dos recursos públicos e expressar a minha opinião, que derrubando esse veto, também protegeremos os próprios deputados estaduais, porque nós destinamos os recursos. A nossa função, mesmo com emendas pequenas, como já foi registrado aqui, pela senhora deputada Aurelina Medeiros, é o quê? Com muita boa vontade, fazer uma sinalização, principalmente, para os municípios do interior, de levarmos a nossa atenção para a nossa base. Mas não somos nós que executamos, quem executa é o município ou o governo do estado. Portanto, eu quero aqui antecipar o meu posicionamento favorável pela derrubada do veto e parabenizar, mais uma vez, o senhor deputado Dr. Meton.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, o senhor deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Obrigado, presidente Jorge Everton, obrigado pela oportunidade de poder colaborar com esse projeto, que é de grande valia para o estado de Roraima. Parabenizar de público o deputado Dr. Meton pela oportunidade de ter um projeto de grande relevância para o estado de Roraima.

Eu também quero fazer duas ponderações aqui, senhor presidente, Jorge Everton. Uma é a questão de um projeto de lei, que vem diretamente, por pequena que seja, trazer uma despesa ao governo, com a implantação desse serviço, com a colocação dessa placa para identificar a paralisação dessa obra. Eu não sei, não estou entendendo como e o que o governo vai custear dessa despesa. É uma despesa mínima, mas não deixa de ser uma despesa. Eu não sei como vai ser para o termo de referência na hora de formalizar o contrato, a execução da obra ou se vai para o termo de referência. Enfim, é uma adaptação que os municípios e o estado terão que ter a responsabilidade de agrupar, adequar, porque mesmo que seja pequena, gera uma despesa.

Nós sabemos que no quantitativo tem a locação de obra, locação da placa, tem a construção elétrica e hidráulica. É uma placa a mais. Então, o governo, os municípios, na oportunidade, vão ter que inserir essa pequena despesa junto. Já que se trata de geração de despesa, junto à planilha orçamentária de execução dessa obra, mas por outro lado, é um projeto que vejo com bons olhos e justamente o contribuinte desse estado e para nós, parlamentares, que estamos trabalhando aqui, alocando

recursos, cobrando agilidade dos municípios, do estado, para a execução e, diga-se de passagem, uma boa execução com o dinheiro público, através das nossas emendas. E muitas vezes, as nossas emendas que estão ali a olho nu, que estão trazendo uma problemática para a sociedade, às vezes, é uma emenda de um senador; é um convênio federal direto com os municípios, com o estado; uma emenda de um outro parlamentar federal; o que acaba, às vezes, confundindo a cabeça do contribuinte. Tendo em vista, que nós somos os parlamentares que colocamos emendas e estamos mais próximos do povo.

Então, é um projeto de grande valia e, sem dúvida, será um projeto que vai dar mais clareza e transparência ao contribuinte desse estado. E para o governo do estado, por outro lado, é até um modelo, porque o governo, eu digo estadual e municipal, eles sempre pagam a conta pela não execução da obra, seja ela qual for. Porque o parlamentar aloca os recursos, mas quem faz são os municípios e quem executa é o estado. E, muitas vezes, não é culpa do estado e sim da formalidade de um convênio, às vezes, de uma apreciação de uma prestação de contas junto ao governo federal, por se tratar de recursos federais e quem acaba pagando a conta somos nós, que estamos próximos, os prefeitos do interior e o governo desse estado. Mas, vejo com bons olhos, é um grande projeto que vem, de pronto, fazer uma transparência justa ao contribuinte desse estado. É uma forma de se cobrar e de ser transparente.

É muito válido esse projeto do deputado Dr. Meton, parabéns, e pode contar com o meu voto, antecipando-o, sendo favorável a esse grande projeto, que diretamente vem esclarecer a dívida do contribuinte e deixar transparente ao nosso estado e aos nossos municípios. Até porque é obrigação desta Casa fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos. Obrigado pela oportunidade de ter contribuído.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Deputado Armando Neto, ao ouvir a sua fala, o deputado Marcos Jorge, inclusive, nos informou aqui que pode ser feita a alteração da meta na LDO e recursos serem colocados a mais para que a fiscalização seja feita da forma correta. É uma satisfação para a sociedade. Essa questão do gasto tem solução.

Em respeito à idade, com a palavra, o senhor deputado Idázio da Perfil.

O Senhor Deputado **Idázio da Perfil** – Obrigado. Primeiro, quero parabenizar o deputado Dr. Meton por esse projeto. Nós sabemos que as explicações para uma obra paralisada não vão caber todas dentro de uma placa. Então, que se coloque, em primeiro lugar, o nome da empresa que ganhou, qual era o sentido da obra, e que se faça um QR Code bem feito para quem queira saber sobre as informações. Mas, em nosso estado, no Norte, onde nós temos até ex-governador que não sabia onde era o Norte, igual ao Garotinho quando criticou o nosso presidente da CBF, disse que não sabia o que era Roraima para ter um presidente da CBF, deveria estudar mais e aprender o que é a região Norte, nós temos, aqui na região Norte, um grande problema, quando se fala em licitações públicas. Principalmente aquelas realizadas por meio de pregão eletrônico. Empresas de fora, de outros estados, participam desses pregões sem conhecer a realidade da nossa logística. Elas não têm noção do custo de uma obra dentro do estado de Roraima.

Hoje, temos a pior logística do país. Estamos mais distantes do eixo Rio-São Paulo, e tudo aqui chega com um custo muito mais elevado. Quando essas empresas participam do pregão eletrônico, muitas vezes estão em Curitiba, Brasília, São Paulo, Mato Grosso — regiões bem distantes — e, ao vencerem o pregão e virem para cá, percebem a dificuldade logística e o alto custo para executar a obra. Então, acabam abandonando a obra, deputado Armando Neto.

E, quando isso acontece, essa obra fica parada. Para que ela retorne ao calendário de licitações, leva de dois a três anos. Esse estilo de pregão eletrônico, para a nossa região, com empresas que não têm conhecimento da nossa logística, é inviável e traz prejuízos. Nós temos prejuízos nos municípios e no estado por causa dessas obras. Muitas vezes, fica até difícil explicar o motivo pelo qual essas obras nem foram iniciadas.

Temos, por exemplo, uma obra da Receita Federal, no município de Bonfim, que sequer foi iniciada, porque a empresa não tinha noção, deputado Marcos Jorge, do quanto custa construir uma obra em Bonfim. Eles não sabiam que seria necessário levar toda a matéria-prima de Boa Vista. E a nossa matéria-prima vem de Minas Gerais, de São Paulo — eles não têm noção dessas dificuldades. Às vezes, o pregão eletrônico, mesmo com a boa vontade do governo federal em querer ajudar, acaba atrapalhando. Essa é a questão.

Mas aqui ficam os meus parabéns ao deputado Dr. Meton, pelo excelente projeto. Acredito que ele dará muito certo e que será ainda melhor para o município e para o estado, ao trazer esses esclarecimentos sobre o motivo pelo qual as obras estão paradas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, deputado Marcinho Belota.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – O deputado Dr. Meton está on-line? Ele queria falar antes de mim.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Deputado Dr. Meton, você pretende falar algo mais? Com a palavra, deputado Dr. Meton.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Eu só queria voltar um pouco na fala da deputada Aurelina Medeiros e dizer que esse projeto não teve parecer pela inconstitucionalidade, pelo contrário, ele teve parecer pela constitucionalidade formal e material, logo no início da tramitação. Quando esse projeto retornou, ele teve parecer pela rejeição do veto, tanto pela Procuradoria quanto pela CCJ.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, deputado Marcinho Belota.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Obrigado, senhor presidente. Dr. Meton, primeiramente, quero parabenizá-lo por esse projeto. Não tenho dúvidas de que é algo que a população vai agradecer muito, e também os parlamentares desta Casa, ao saberem como estão sendo executadas suas obras, indicações e emendas.

Ouvi o deputado Armando falando sobre os custos, e acredito que o deputado Idázio mencionou que criar um QR Code terá um custo muito baixo. Uma placa pequena, com um QR Code, já permitirá que a população tenha acesso às informações.

E digo mais: é importante que os deputados que utilizam as redes sociais criem um canal de denúncias, para que a própria população possa relatar as obras paradas no estado. Nós não conseguimos estar em todos os lugares ao mesmo tempo e a população é uma parceira da Assembleia e, sem dúvida, será a mais beneficiada com essa iniciativa.

É isso que eu tinha a dizer, senhor presidente. Parabênico, mais uma vez, o deputado Dr. Meton pela excelente ideia e pelo projeto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta pela derrubada do veto. Voto “não”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O União orienta pela derrubada do veto, votando “não”.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Voto “não”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “não”, nenhum voto “sim” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 59/2025 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 238/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 142/2024, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 142/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, coloco a matéria em discussão. Para discutir, deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Senhor presidente, o Projeto de Lei n. 142/2024 trata da atividade de relevante interesse social, econômico e ambiental, e vem, mais uma vez, reconhecer a criação de abelhas em cativeiro na Amazônia, sem esporão, para a produção de mel. Vale ressaltar que o mel produzido em Roraima é de grande qualidade e elevado valor nutricional.

É importante frisar, lembrar e reconhecer a relevância social, econômica e ambiental dessa produção de mel, tanto na Amazônia quanto em Roraima. Este projeto vem, mais uma vez, fortalecer e reconhecer a importância do mel produzido pela agricultura familiar do nosso estado.

Peço aos nobres pares que possamos conchamar e aprovar este projeto, que representará um grande reconhecimento ao trabalho da agricultura familiar e à importância do mel para o nosso estado. Muito obrigado e agradeço a oportunidade.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Como vota a deputada Aurelina? O deputado Dr. Meton ainda está on-line?

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Presidente, voto “sim”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Gostaria de registrar o voto do deputado Dr. Meton, votando “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 142/2024, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 180/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 180/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Apesar da ausência do deputado Eder, a deputada Tayla solicitou que o projeto fosse colocado em discussão e votação.

Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, deputada Tayla Peres.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Senhor presidente, o deputado Eder solicitou que nós pudéssemos votar esse projeto dele. É um projeto de muita importância, não possui vício nenhum e nem é inconstitucional. Peço para os amigos votarem favoráveis a esse projeto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O União orienta voto “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Voto “sim”.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Dou por encerrada a votação. Por 13 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 180/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 71/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O deputado Soldado Sampaio não se encontra, mas como já ocorrerá na próxima segunda-feira, se faz necessária a deliberação e votação da matéria.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lida a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 71/2024).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 71/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção n. 12/2025, de autoria do deputado Neto Loureiro.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lida a Moção n. 12/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 12/2025, de autoria do deputado Neto Loureiro.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 51/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Requerimento n. 51/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 51/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 52/2025, de autoria do deputado Coronel Chagas.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Requerimento n. 52/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 52/2025, de autoria do deputado Coronel Chagas.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 53/2025, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Requerimento n. 53/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 53/2025, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

Foi solicitada a inclusão do Requerimento n. 56/2025, Requerimento n. 57/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n. 40/2025.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 56/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Requerimento n. 56/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 56/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 57/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Requerimento n. 57/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 57/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 40/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 40/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 40/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Gostaria de informar que acabei de assinar o Ato da Presidência n. 012/2025, que cria a Comissão Especial de Combate à Violência Contra Mulheres, Crianças e Adolescentes no estado de Roraima. A comissão será composta pelos seguintes parlamentares: deputada Catarina Guerra, deputada Tayla Peres, deputada Aurelina Medeiros, deputado Renato Silva, deputada Joilma Teodora e deputado Coronel Chagas.

Passamos para o expediente de Explicações Pessoais. Com a palavra, a deputada Catarina Guerra.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Muito obrigada. Quero deixar registradas aqui duas falas, duas situações importantes.

Primeiramente, quero parabenizar o nosso município de Caracaraí. O deputado Odilon também é um grande parceiro e aliado dessa cidade. Deixo aqui os nossos parabéns para uma cidade que tanto nos orgulha, que tanto nos inspira, e digo que me sinto honrada em poder contribuir com o desenvolvimento de uma cidade que faz parte da minha raiz.

Quero também registrar que, ontem, ocorreu uma reunião na cooperativa Coopercarne, a convite do presidente André. Infelizmente, não pude estar presente, mas aproveito este espaço para parabenizar o senador Mecias, o partido Republicanos e o deputado Marcos Jorge pelas emendas apresentadas nesta última semana, tratando de temas extremamente relevantes, que impactam a vida do nosso estado e dos nossos produtores rurais.

As emendas apresentadas ao projeto de licenciamento ambiental vão garantir maior autonomia na flexibilização desses processos, além de definirem competências — ponto que me chamou bastante atenção. Essa definição clara entre competências estaduais e federais proporcionará mais segurança jurídica aos nossos produtores.

Entre os temas abordados também estavam o acesso ao saneamento, à energia e outros pontos fundamentais. O senador se posicionou com firmeza e agora esperamos que, no andamento desse projeto, essas emendas sejam acolhidas no Congresso.

Parabenizo o senador, a cooperativa e todas as mulheres que estiveram presentes nesse encontro, como forma de ouvir e valorizar um ato tão importante, que garante segurança jurídica aos nossos produtores. Acredito que esse é o ponto mais relevante: fortalecer nossas raízes, ligadas à produção rural. Era isso, senhor presidente. Muito obrigada.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, eu me somo às falas da deputada Catarina Guerra, tanto em relação ao deputado Odilon e ao aniversário do nosso querido município de Caracará, quanto à Coopercarne, na pessoa do presidente André, que convidou o senador Mecias para informar mais de 400 produtores rurais sobre suas emendas no texto de licenciamento ambiental, deputado Coronel Chagas.

Há uma preocupação do senador não apenas em simplificar os processos para empreendimentos estratégicos — como é o caso do saneamento básico e da energia elétrica — priorizando aqueles que são de interesse de toda a sociedade, mas também em desburocratizar os licenciamentos voltados ao produtor rural. As emendas buscam agilizar essas etapas e nivelar as competências entre o Ibama e a Femarh.

Não é possível continuarmos convivendo com embargos remotos do Ibama, sem qualquer verificação da realidade na ponta, como tem acontecido, deputado Odilon, com tantos produtores em todo o Brasil. Nesta semana, inclusive, vimos o governador do Pará se manifestar sobre os mesmos pontos que, há tanto tempo, também enfrentamos aqui no nosso estado de Roraima, deputada Aurelina.

Por fim, senhor presidente, utilizo este espaço para parabenizar o Dr. Samir Xaud por sua eleição à presidência da CBF. Acompanhamos de perto toda a saga dessa eleição, marcada por desafios — muitos deles derivados da discriminação que nós, roraimenses, ainda enfrentamos quando buscamos ocupar posições de destaque.

E, para concluir minha fala, recordo quando fui convidado para assumir a Secretaria-Executiva — ou seja, a função de vice-ministro — do Ministério do Esporte, à época da organização dos Jogos Olímpicos. As mesmas imprensa e crônica esportiva que hoje tentam, sem fundamentos, desqualificar o Samir — pois não há nada que desabone sua conduta — foram as mesmas que me criticaram simplesmente por ser de Roraima.

No final, quando deixei o Ministério do Esporte e fui para outro, desta vez do núcleo econômico, essa mesma imprensa passou a reconhecer o legado e tudo o que conseguimos realizar à frente daquela pasta, deputado Jorge Everton.

Portanto, quero deixar aqui uma mensagem ao Samir: que mantenha sua firmeza e compromisso com a boa gestão da CBF. Não tenho dúvidas de que a gestão da entidade, sob sua liderança, dará a melhor resposta àqueles que o criticam apenas por não fazer parte do “grande ciclo do futebol”. Porque o papel de presidente da CBF, para finalizar minhas palavras, deve ser exercido com foco em gestão — gestão do esporte, gestão do futebol — e não baseado no renome de qualquer atleta. O atleta de alto rendimento dedica sua vida ao esporte, não à administração. E, em termos de gestão, não tenho dúvidas de que o Samir está preparado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, deputado Odilon, e na sequência, o deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Odilon** – Senhor presidente, faço o uso da minha fala para parabenizar o município de Caracará, que hoje completa 70 anos, e convidar todos os deputados e as deputadas, os servidores da Assembleia Legislativa, o público que nos assiste, através da TV Assembleia, para prestigiar hoje uma grande festa em comemoração ao aniversário de Caracará. Temos hoje uma atração nacional, filha de Caracará, que fará um grande show, a cantora Marília Tavares, que hoje no mundo da música é uma atração nacional e é filha de Caracará. Quero aqui deixar esse convite, a festa está sendo organizada pela prefeita Diane. De forma muito especial, agradecer ao deputado e colega Armando Neto que disponibilizou recursos de emenda parlamentar para que a prefeita Diane pudesse executar a festa de aniversário do município de Caracará, um município que vem crescendo muito, é a Cidade-Porto do nosso estado.

Ficam aqui, meus parabéns também à prefeita Diane pela sua administração. Estão todos convidados, estarei lá para receber todos de braços abertos. Um abraço e obrigado, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra, o deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, faço uso das Explicações Pessoais para parabenizar o Dr. Samir Xaud pela eleição à presidência da CBF, que é a maior entidade do futebol no

Brasil e, acredito, de toda a América, pelo número de clubes filiados e pela importância do futebol brasileiro.

Quero dizer que tenho convicção, pelo que conhecemos da vida do Dr. Samir e da história da família dele, que sempre contribuiu com o crescimento e o desenvolvimento do nosso estado, de que ele fará uma grande gestão. O futebol brasileiro precisa disso. Essas críticas, como bem disse o deputado Marcos Jorge, vêm de uma minoria da imprensa ou melhor, de alguns jornalistas que não aceitam que o Norte também tem pessoas competentes para ocupar grandes cargos.

Assim como foi o vosso caso, como ministro da Indústria, e como é o caso do nosso ministro do Tribunal de Contas da União, Jonathan de Jesus, temos vários exemplos de roraimenses que ocuparam cargos de relevância. E agora temos Samir Xaud, com apoio maciço, assumindo a presidência da CBF para trazer melhorias ao nosso futebol. E, com certeza, isso vai acontecer.

Outro ponto, senhor presidente: quero destacar a grande iniciativa do senador Mecias de Jesus, ao propor alterações na legislação para dirimir conflitos de competência e facilitar a vida do cidadão, no que diz respeito ao licenciamento ambiental.

Quero trazer um exemplo prático, que é o conflito de competências entre os órgãos ambientais. Um órgão diz que é sua responsabilidade emitir a licença; outro, que não é. E quem fica no meio disso tudo é o cidadão, que quer produzir, que quer desenvolver, e acaba perdendo tempo.

Trago aqui um caso concreto: um conflito negativo de competência entre a Femarh e o Ibama. Trata-se da reserva de água da hidrelétrica do Jatapu. Essa hidrelétrica foi construída na década de 1990 e, como se sabe, a mata não foi retirada antes do enchimento. Com isso, a água subiu, e a madeira está apodrecendo no fundo do rio. Isso gera gás metano, que prejudica a camada de ozônio, afeta as turbinas da usina, e o Corpo de Bombeiros tem que realizar, periodicamente, operações de alto risco.

Já tivemos que levar turbinas para o Sul do país em uma operação que durou quase um ano para reparo. Das quatro turbinas, houve um período em que apenas uma estava funcionando, justamente por causa desse problema. Por isso, aprovamos aqui nesta Casa, em 2019, uma lei de minha autoria, sancionada pelo governador Antonio Denarium, autorizando o estado a permitir que empresas extraíam essa madeira.

Trata-se de madeira de excelente qualidade, que pode ser usada para a fabricação de móveis nobres ou para a produção de carvão sustentável, uma vez que já está em processo de apodrecimento. Após quatro anos, surgiu uma empresa com expertise na área, interessada em realizar essa limpeza. A empresa apresentou todos os projetos e documentos, mas a Femarh, em vez de emitir a licença, encaminhou consulta à Proge para saber se era competência dela.

A Proge, por sua vez, está há quase um ano sem emitir parecer, pois resolveu consultar primeiro o Ibama. O Ibama respondeu que não é dele e a Femarh também afirma que não é dela. Ou seja, a Proge não dá andamento ao processo e estamos perdendo tempo, oportunidades de investimento e deixando de limpar o reservatório, algo que traria diversos benefícios, principalmente ambientais.

Enquanto isso, Femarh e Ibama seguem nesse impasse: “É minha competência? É sua?”. E a empresa, acredito, em breve acabará desistindo do empreendimento, que traria milhões de reais em investimentos e geraria centenas de empregos diretos e indiretos.

Esses são os problemas que enfrentamos. E nos perguntamos: por que não se facilitam as coisas? Trago esse fato para esta Casa para que possamos, talvez, convocar representantes da Femarh e da PROGE, a fim de buscarmos uma solução para essa questão.

Se o estado realmente entende que não é de competência dele, que emita o parecer afirmando isso. E, se o Ibama também disser que não é, então vamos buscar a via judicial para definir esse conflito negativo de competência. Essa era a minha contribuição. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Mais alguém gostaria de fazer uso das Explicações Pessoais? Não havendo mais quem queira fazer uso de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente sessão. Muito obrigado e um bom dia a todos.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Joilma Teodora, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárisson Barbosa, Renato Silva e Tayla Peres.**

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 03 DE JUNHO DE 2025, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO MOZART

Às dez horas do dia três de junho de dois mil e vinte e cinco, no plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima oitava Sessão Ordinária da terceira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão. Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior e dos termos de não realização de sessões.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárison Barbosa** – (Lida a Ata da Sessão anterior e os termos de não realização de sessões).

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Feita a leitura da Ata da Sessão anterior e os termos de não realização de sessões, coloco-os em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-os em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata e os termos, permaneçam como estão. Aprovados.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA:** Ofício n. 3059/2025, que encaminha Minutas de Termo de Cooperação Técnica e de Plano de Trabalho, em resposta ao Ofício n. 018/SPE/ALE/RR/2025. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Proposta de Emenda à Constituição n. 007/2025, de autoria da deputada Catarina Guerra e de vários deputados, que “acrescenta o inciso VII ao art. 3º da Constituição do Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 132/2025, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “institui o programa Farmácia Solidária do Idoso, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n.133/2025, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “institui o programa Estadual de Formação e Apoio a Cuidadores Comunitários de Idosos no estado de Roraima”; Projeto de Lei n.134/2025, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “institui o Dia da Corrida de Rua no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n.135/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre a vedação de apreensão de veículos de duas rodas por débitos tributários nas operações de combate à criminalidade, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 136/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre a possibilidade de pagamento de multas leves com doação de sangue ao Hemocentro de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 137/2025, de autoria do deputado Renato Silva, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de placas de especificação técnica em pontes situadas no território do estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n.138/2025, de autoria do deputado Armando Neto, que “confere ao município de Mucajaí o título de Capital Roraimense da Bovinocultura”; Projeto de Lei n.139/2025, de autoria do deputado Armando Neto, que “confere ao município de Amajari o título de Capital Roraimense do Tambaqui”; Indicação n. 184/2025, de autoria dos deputados Armando Neto e Dr. Cláudio Cirurgião; Indicações n. 185 e 188/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Indicações n. 186 e 187/2025, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n.189/2025, de autoria do deputado Rárison Barbosa; Moção n. 013/2025, de autoria do deputado Eder Lourinho, em apoio à campanha Junho Branco, mês de conscientização e prevenção ao uso de drogas”; Moção n. 14/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, em apoio aos médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde do Hospital Geral de Roraima diante do episódio de desrespeito e violência ocorrido na data de 2 de junho de 2025, dentro do seu local de trabalho; Moção n.15/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, em repúdio à conduta do capitão da Polícia Militar, lotado na Casa Militar que, segundo relatos, proferiu ofensas físicas, verbais e ameaças a profissionais de saúde do HGR durante atendimento em 2 de junho de 2025; Moção de Pesar n.16/2025, de autoria do deputado Marcelo Cabral, em pesar aos familiares e amigos pelo falecimento do Sr. Joel Eloy Nascimento de Souza Cruz; Requerimento n. 58/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 86/2025; Requerimento n. 59/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 121/2025; Requerimento n. 60/2025, de autoria do deputado Idazio da Perfil, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 128/2025; Requerimento n. 61/2025, de autoria da Comissão Especial

criada nos termos do Ato da Presidência n. 16/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Memorando n. 31/2025, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência nas sessões dos dias 20 e 27 de maio do corrente ano; e Memorando n. 74/2025, de autoria do deputado Lucas Souza, justificando sua ausência nas sessões dos dias 27, 28 e 29 de maio do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício n. 633/2025, de autoria da Seadi, em resposta ao Pedido de Informação n. 15/2025, do deputado Armando Neto; e Ofício n. 3717/2025, de autoria da Seed, que trata de informações referentes às Receitas e Despesas do Fundeb abril/2025.

Este é o Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Obrigado, primeiro-secretário, pela leitura. Feita a leitura do Expediente. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Presidente, com o tempo de uma hora, deputado Rárison Barbosa, o único inscrito.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Bom dia a todos. Bom dia, senhor presidente, demais deputados aqui presentes, servidores da Assembleia, nossos amigos que estão acompanhando a sessão aqui da plateia e todos aqueles que nos acompanham também pela Rádio Assembleia, pela TV e pelas demais redes sociais.

Minha vinda hoje à tribuna é para falar sobre a questão do Reajuste Geral Anual dos servidores civis e militares do estado de Roraima. No último dia 30 de maio, realizamos aqui, senhor presidente, uma audiência pública da qual participaram mais de 30 presidentes de sindicatos e associações, deputado Odilon, e foi discutida a recomposição do Executivo. Isso porque os servidores do Executivo estadual vêm sofrendo perdas salariais que estão comprometendo seu poder de compra. Sabemos que a inflação tem aumentado significativamente no Brasil, o que tem causado sofrimento às famílias dos servidores do nosso estado.

Pensando nisso, a Assembleia Legislativa promoveu, no último dia 15 de maio, uma audiência pública para tratar desse assunto. A partir desse evento, produzimos um documento para apresentar ao excelentíssimo senhor governador, que está aqui em minhas mãos, e foi protocolado no último dia 30, sexta-feira, no Palácio. Nesse documento, registramos as deliberações dos servidores e apresentamos ao governo algumas ilustrações dos valores já perdidos ao longo do tempo, para que o nosso governador e o Executivo possam definir qual será a porcentagem de reajuste a ser concedida aos servidores. O que foi solicitado, deputado Cláudio Cirurgião, foi justamente um reajuste de 8,57%, com o objetivo de, ainda neste ano, igualar o Executivo aos demais Poderes. Isso porque, no mês passado, aprovamos a recomposição salarial do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público de Contas e da própria Assembleia Legislativa, mas o Executivo ainda não foi contemplado.

E nós temos uma lei, deputado Idázio, aprovada em 2010, que estabelece o mês de maio como data-base para o pagamento desse direito dos servidores. Trata-se, portanto, de algo legal, previsto em lei, e é nosso dever, enquanto Parlamento, zelar pelo seu cumprimento. Somos legisladores e fiscalizadores da lei, e temos que dar uma resposta à nossa população.

Aproveito também para trazer outra problemática: fiz uma indicação há alguns meses e a reiterei ontem, senhor presidente, para que possamos incluir a Cerr, que está aqui presente, na RGA, na recomposição salarial, assim como a Caer e a Codesaima, que nem sempre são contempladas quando aprovamos a recomposição dos servidores. Quero deixar registrado aqui o compromisso da Assembleia Legislativa com esses servidores também.

Estamos atentos. Como mencionado, o documento já foi protocolado no governo e será publicado como forma de prestação de contas a todos os servidores públicos e presidentes de sindicatos que estiveram aqui. O ciclo iniciado por este Parlamento foi concluído: fizemos, primeiro, uma reunião com os presidentes de sindicatos; depois, reunimos todos os servidores presentes aqui na Assembleia Legislativa, foram mais de 500, e agora finalizamos o documento com base nas demandas apresentadas, já protocolado e nas mãos da equipe do governador para análise.

Assim, o papel da Assembleia Legislativa foi cumprido. Agora, acompanharemos esse pedido junto ao Palácio, para que essa recomposição seja efetivada o quanto antes e para que a justiça chegue aos lares de cada servidor público do Executivo do estado de Roraima.

Era isso que eu queria registrar. Agradeço a oportunidade, senhor presidente, e reforço que a Assembleia Legislativa, juntamente com este deputado que vos fala, Rárison, está atenta para garantir mais esse direito a cada um de vocês. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Obrigado, deputado Rárison. Não havendo mais oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia.

Nós recebemos aqui, de diversos deputados, um pedido de inclusão na pauta de uma PEC. Então, nós vamos suspender a Sessão para que a Comissão de Constituição e Justiça se reúna para deliberar sobre esse projeto.

Suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Convido os senhores deputados a tomarem assento no Plenário para deliberarmos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum para a votação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** - Senhor presidente, há quórum.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Passamos à Ordem do Dia, com as seguintes Proposições: **Projeto de Lei n. 320/2023**, “dispõe sobre a isenção em concurso público para os jurados que fizeram parte do Conselho de Sentença - Tribunal do Júri, de autoria do deputado Neto Loureiro; **Projeto de Lei n. 04/2024**, “assegura a todos os profissionais devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil a possibilidade de realizar sustentação oral em recursos administrativos perante os órgãos de trânsito do estado de Roraima – Jari e Cetran/RR”, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; **Projeto de Lei n. 43/2024**, “dispõe sobre estabelecer a prestação de duas aulas extracurriculares por mês, de orientação sobre primeiros socorros nas escolas e dá outras providências”, de autoria do deputado Idázio da Perfil; **Ato da Presidência n. 012/2025**, que “Cria a Comissão Especial para analisar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025, composta pelos senhores deputados: Renato Silva, Marcos Jorge, Jorge Everton, Angela Portella e Coronel Chagas; **Projeto de Decreto Legislativo n. 034/2025**, “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; **Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025**, “acrescenta-se o parágrafo 8º ao artigo 4º da ADCT à Constituição do Estado de Roraima”, de autoria do deputado Renato Silva e vários deputados; **Moção de Pesar n. 16/2025**, aos familiares e amigos pelo falecimento do senhor Joel Eloy Nascimento de Souza Cruz, de autoria do deputado Marcelo Cabral.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 185/2023, de autoria do deputado Chico Mozart. O autor da proposição não se faz presente, sendo assim, transiro a matéria para a pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 301/2023, de autoria da deputada Tayla Peres. A autora da proposição não se faz presente, transiro a matéria para a pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 320/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** - (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 320/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Voto sim, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A senhora deputada Catarina Guerra, que participa de forma online, vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 320/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 004/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 04/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Para discutir, o deputado Dr. Cláudio Cirurgião, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – O projeto de lei de nossa autoria, em consonância com as conversas que tivemos com os representantes da OAB, sobre a necessidade dos representados que têm algum tipo de infração de trânsito poderem ser representados pelo advogado na Junta Administrativa de Recursos de Infrações, que é a Jari.

Aqui nós não estamos legislando sobre nenhuma matéria relativa ao Contran, sobre o Código Brasileiro de Trânsito, nada disso. A nossa sugestão legislativa, o nosso projeto de lei visa justamente conceder esse direito aos representantes legais, aos advogados, para poderem fazer a sustentação oral junto ao Detran.

Então, conclamo aos nobres pares para a aprovação deste projeto que é de suma importância, que já tem o parecer favorável no que diz respeito à constitucionalidade pela Procuradoria da Casa, e agradeço a todos os nobres colegas que votarão de forma positiva nesse caso. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente, voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Chico Mozart, que participa de forma online, vota “sim”. Continua em votação a matéria.

Temos uma questão de ordem colocada pelo deputado Renato Silva, para criar a Comissão Especial da PEC, ora votada na CCJ. Então, anuncio a criação da comissão especial para devida deliberação da PEC, mas solicito aos líderes de partidos que componham a comissão com cinco deputados. O Republicanos que faça a indicação, o Podemos, o PP, o União Brasil e o PRTB, que é o mais antigo dos partidos, que tem dois deputados.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, o Republicanos indica o nome de Vossa Excelência, tendo em vista o seu vínculo histórico com a segurança pública.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, salvo engano, quando Vossa Excelência estava viajando, nós montamos essa comissão. Essa comissão foi montada semana passada, e os líderes já indicaram os nomes.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deixa eu conferir aqui, só um minutinho. Ela passou agora na CCJ e, após a CCJ, deliberamos a comissão especial, mas vou verificar se é a mesma PEC. Continua em votação a matéria.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 004/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, realmente a comissão que nós montamos foi com relação à proteção à criança, na semana passada. Perdoe-me o equívoco.

Eu indico a mim mesmo para poder fazer parte, porque é referente à Polícia Civil e eu gostaria de fazer parte.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O União Brasil indica o deputado Jorge Everton. Deputado Marcos Jorge, eu vou ter que sair e a comissão vai se reunir logo depois. Então, se puder fazer a escolha de um outro nome do Republicanos, eu agradeço.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, o Podemos indica o deputado Renato Silva.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O Podemos indica o deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, eu não costume indicar o meu próprio nome, mas tendo em vista que os deputados Gabriel Picanço e Tayla Peres não se encontram e Vossa Excelência não poderá, o Republicanos indica o meu nome.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Falta o PP indicar o nome. Deputada Angela Águida acompanha a comissão especial? E falta o PRTB, deputado Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, indico esse deputado Coronel Chagas para compor a comissão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Anuncio a instalação da Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição n. 05/2025, após a liberação da CCJ, composta pelos seguintes deputados: União Brasil, deputado Jorge Everton; Republicanos, deputado Marcos Jorge; Podemos, deputado Renato Silva; PP, deputada Angela Águida Portella e PRTB, deputado Coronel Chagas. Fica a critério dos integrantes da comissão fazer a deliberação da matéria.

Dando sequência à Ordem do Dia, solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da ementa, do parecer e do voto do Projeto de Lei n. 043/2024, de autoria do deputado Idázio da Perfil.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 043/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Idázio da Perfil, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Idázio da Perfil** – Senhor presidente, essa emenda foi incluída no projeto para que possamos ter mais tempo de socorrer um aluno que possa estar passando por algum momento de risco à sua vida. Sabemos que, se houver capacitação nas escolas, os alunos e profissionais estarão mais preparados para lidar com qualquer eventual

emergência, como um mal súbito ou outro tipo de incidente. Os primeiros socorros são essenciais para que seja possível salvar uma vida, ganhando tempo até a chegada do Samu, e garantindo que os primeiros atendimentos já tenham sido realizados.

Foi por esse motivo que propusemos essa emenda, para que o projeto continue contribuindo com a segurança e o bem-estar dos nossos alunos da rede pública estadual. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação. Lembrando que o parecer nas comissões foi pela aprovação da matéria, o parecer da Procuradoria foi pela inconstitucionalidade da matéria. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** – Senhor presidente, peço a todos os pares que possam estar nos acompanhando com “sim”, que aprovem esse projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O líder do MDB – pede pelo voto “sim” aos colegas deputados ao Projeto de Lei n. 043/2024.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta “sim”, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O União orienta “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O Republicanos orienta pelo voto “sim”.

O Senhor Primeiro Secretário **Isamar Júnior** – Como orienta o líder do Podemos?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, Questão de Ordem.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Questão de Ordem concedida ao deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, eu queria solicitar a presença de todos aqui, aproveitar a presença de todos para nós suspendermos depois desse projeto, pela urgência da demanda dessa PEC que trata da aposentadoria das policiais.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato o requerimento do deputado Renato Silva para suspender a Ordem do Dia para a Comissão Especial deliberar a Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025.

Continua em votação a matéria. Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 043/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial se reúna para deliberar a Proposta de Emenda à Constituição, haja vista que há requerimento em mesa por vários deputados a ser votado em primeiro turno ainda na sessão de hoje. Está suspensa a sessão e passo o comando dos trabalhos à Comissão Especial, deputado Coronel Chagas para reunir os demais deputados para deliberar da matéria.

(Suspensa a Sessão).

(Reaberta a Sessão).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por reaberta a presente Sessão. Convido os senhores deputados a tomarem assento no plenário para darmos sequência à Ordem do Dia.

Projeto de Lei n. 063/2024, de autoria do deputado Lucas Souza, não se encontra presente na Sessão, então transfiro para a Sessão seguinte.

Projeto de Lei n. 114/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, não se encontra presente na Sessão, então transfiro para a Sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 034/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 034/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 034/2025, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Temos em mesa o requerimento de vários deputados solicitando a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025, de autoria do deputado Renato Silva e vários deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto à Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco a matéria em discussão. Para discutir, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, falo apenas para parabenizar o primeiro signatário, deputado Renato Silva, e todos os deputados que subscreveram esta Proposta de Emenda à Constituição. Como bem destacou o deputado Rárison Barbosa, profundo conhecedor do sistema de segurança pública, e também os deputados Jorge Everton e Chagas, que presidiu a Comissão Especial, além de Vossa Excelência, que vem da Polícia Militar, é fundamental reconhecer esse direito das policiais — nossas agentes de segurança pública — que agora terão seu direito assegurado, conforme entendimento mais recente, inclusive, do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para além da análise de constitucionalidade feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final desta Casa, o partido Republicanos também expressa seu apoio ao justo reconhecimento dessas servidoras, que dedicam e arriscam suas vidas pela sociedade roraimense.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quero agradecer, presidente, pelo seu apoio a essa PEC, bem como o apoio do deputado Jorge Everton e do deputado Coronel Chagas, que presidiu a comissão, e do deputado Jorge Everton, que foi o relator. Agradeço também a todos os parlamentares desta Casa, ao presidente da CCJ, deputado Marcos Jorge, à deputada Angela Águida e ao deputado Rárison Barbosa, que também participou da reunião da comissão da CCJ.

Este não é um projeto do deputado Renato Silva — é um projeto da Assembleia Legislativa. Porque esta Casa, deputado Marcos Jorge, sempre se une rapidamente quando a matéria é de relevância para a sociedade. E um projeto dessa magnitude recebeu a devida atenção de cada parlamentar aqui presente, por reconhecerem sua importância.

Esse projeto beneficiará todas as mulheres da Polícia Civil, que hoje se aposentam com 25 anos de contribuição e, com a aprovação da PEC em segundo turno, passarão a ter o direito de se aposentar com 22 anos de contribuição.

Portanto, agradeço a todos os parlamentares. É muito importante essa união, especialmente quando se trata de uma matéria de grande relevância social para o povo do estado de Roraima. Parabéns a todos os parlamentares. Parabéns, presidente, e muito obrigado pelo apoio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, o deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, quero, inicialmente, parabenizar o deputado Renato Silva pela sensibilidade. Essa PEC é oriunda de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu estava, inclusive, conversando agora com o deputado Rárison, explicando a ele o motivo de ser específica para a Polícia Civil. Isso se deve ao fato de que, na decisão do STF, foram tratadas especificamente as policiais civis e federais. Portanto, trata-se de uma PEC necessária para adequarmos o estado ao que foi decidido recentemente pelo Supremo, sendo essa abrangência restrita à Polícia Civil, em virtude da decisão judicial.

Às mulheres policiais civis, expresso meu orgulho por fazer parte dessa corporação e resalto que essa redução no tempo de contribuição representa um verdadeiro alento, pois, além de serem excelentes profissionais, nossas policiais enfrentam, muitas vezes, uma jornada tripla de trabalho.

Deixo aqui o meu respeito a todas as mulheres policiais civis e o meu muito obrigado a todos os colegas parlamentares pelo apoio a uma PEC tão importante, em especial ao deputado Renato Silva, que foi o primeiro a impulsionar sua tramitação e a garantir mais esse avanço para as mulheres da nossa Polícia Civil.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Para discutir o deputado Rárison.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Quero parabenizar o deputado Renato Silva por essa importante iniciativa, assim como todos os demais deputados da área da segurança pública — e também os que não são —, pois é fundamental essa união para que possamos fazer justiça às nossas policiais civis.

A redução do tempo de serviço para aposentadoria é necessária, pois representa um alívio para essas profissionais. Senhor presidente, sabemos que elas são verdadeiras guerreiras. Nem todas as mulheres têm a coragem de estar na linha de frente, combatendo o crime para que possamos oferecer segurança às nossas famílias, que neste momento estão em casa protegidas pela segurança pública do nosso estado — especialmente pelas nossas policiais civis.

Parabenizo, mais uma vez, a Assembleia Legislativa por essa iniciativa e reafirmo que estamos aqui unidos, senhor presidente, em todos os projetos que visem o benefício dos servidores públicos do nosso estado. A Assembleia Legislativa permanece atenta, buscando essa união e a resolução das diversas problemáticas enfrentadas pelos servidores públicos, em especial, hoje, das mulheres da Polícia Civil do estado de Roraima.

Com isso, senhor presidente, conseguimos também avançar em outra questão importante: a entrada de novos policiais. Com a aposentadoria dessas policiais, teremos a abertura de novas vagas e disponibilidade orçamentária para a convocação do cadastro de reserva da Polícia Civil — uma luta que esta Casa vem acompanhando há bastante tempo. Parabéns, mais uma vez. Que Deus nos abençoe e que possamos continuar aprovando projetos tão importantes como este.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** □ Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação em primeiro turno. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria em primeiro turno; votando “não”, rejeitam-na.

Lembrando que a votação da CCJ foi pela aprovação, o parecer da Comissão Especial foi pela aprovação e a Procuradoria da Casa pela constitucionalidade da matéria.

Solicito abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Progressistas orienta “sim”, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O Podemos orienta “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Quero convidar os senhores deputados, Jorge Everton, Renato Silva, Eder Lourinho, Aurelina Medeiros, Rárison Barbosa, Marcinho Belota, Dr. Cláudio, Isamar Júnior, Joilma Teodora, para uma reunião da Mesa Diretora após o término da Sessão. E estará aberta a qualquer deputado que queira participar.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Dou por aprovada em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2025.

Já designo para constar na Ordem do Dia de amanhã para deliberação em segundo turno.

Solicito ao senhor primeiro-secretário a leitura da Moção de Pesar n. 016/2025, de autoria do deputado Marcelo Cabral.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lida a Moção de Pesar n. 016/2525).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da Moção de Pesar, coloco-a em discussão.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Quero me somar ao deputado Marcelo Cabral para externar os meus pêsames pela partida do Joel. Nós, que tivemos o privilégio do convívio próximo com ele, sabemos o quanto era um bom amigo e um profissional exemplar.

Joel foi secretário de Planejamento deste estado, comandou a Suframa como coordenador por duas décadas e se aposentou como servidor efetivo. Era uma pessoa de conversa agradável, com ótimas sacadas, cultivava boas amizades e, em alguns momentos, até mesmo uma certa boemia.

Um amigo muito querido que, infelizmente, partiu, mas que nos deixará boas lembranças. Portanto, reforço aqui minha solidariedade à família Souza Cruz, em especial, ao senhor Getúlio Cruz.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar n. 016/2025, de autoria do deputado Marcelo Cabral.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, só para informar aos senhores deputados que compõem a Comissão de Educação, Desporto e Lazer: Angela Águida, Dr. Cláudio Cirurgião, Marcos Jorge, Isamar Júnior, Aurelina Medeiros e Dr. Meton, que logo após a Sessão, faremos uma reunião da comissão para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos da Comissão de Educação.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Senhor presidente, só lembrando o deputado Coronel Chagas, que vamos ter a reunião da Mesa, logo após a Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em aberto o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo mais quem queira fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais... Antes de encerrar a Sessão, solicito aos líderes de partidos: o Republicanos, Podemos, PP, União Brasil, PMB, MDB, PRTB, PL, Cidadania e PSD, caso queiram indicar

um integrante para compor uma Comissão Especial para receber e analisar o caso dos servidores da Cerr. Solicito à Superintendência Legislativa que verifique junto aos líderes de partidos, caso queiram nomear um integrante para tratar do caso dos servidores da Cerr, que estão procurando os gabinetes, procurando esta Mesa Diretora.

Quero fazer um trabalho em conjunto com os partidos, com os deputados, para que possamos fazer as devidas articulações junto à diretoria da Cerr, junto ao governo do estado, para tentar encontrar uma solução que seja boa para todos. Então, fica desde já criada essa Comissão Especial e solicito que notifiquem os líderes de partidos para nomearem seus integrantes para compor a referida Comissão.

E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quarenta e nove minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o próximo dia quatro de junho, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Eder Lourinho, Idázio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárison Barbosa, Renato Silva e Soldado Sampaio.

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 04 DE JUNHO DE 2025, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGE EVERTON.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, no plenário desta Casa Legislativa, deuse a décima nona Sessão Ordinária da terceira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Convido o senhor deputado Neto Loureiro para atuar como primeiro-secretário ad hoc.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Dr. Cláudio Cirurgião** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA:** Intimação da 2ª Vara da Fazenda Pública, referente ao Processo n. 081454933.2023.8.23.0010. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Decreto Legislativo n. 045/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “Declara de utilidade pública a Federação Roraimense de Voleibol”; Indicação n. 190/2025, de autoria do deputado Odilon; e Requerimento n. 062/2025, de autoria do deputado Idázio da Perfil, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 135/2025. **DIVERSOS:** Ofício n. 301/2025, de autoria da Seinf, que trata do Convênio para Implantação do CEU da Cultura no bairro Santa Tereza no município de Boa Vista/RR (Novo PAC); e Ofício n. 302/2025, de autoria da Seinf, que trata do Convênio para Implantação do CEU da Cultura no Parque Anauá no município de Boa Vista/RR (Novo PAC).

Este é o Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Obrigado, primeiro-secretário, pela leitura. Feita a leitura do Expediente. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** – Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia. Solicito à equipe técnica que verifique se há algum deputado de forma virtual. Não havendo, solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para a votação das matérias constantes na Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** – Não há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo quórum, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo quem queira fazer uso das Explicações Pessoais, transiro a pauta para a Sessão seguinte. E, não havendo mais nada a tratar, às dez horas e dez minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o próximo dia cinco de junho, à hora regimental.

Estiveram presentes na Ordem do Dia os senhores deputados: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Jorge Everton, Marcos Jorge, Neto Loureiro e Odilon**. Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Idázio da Perfil, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon e Soldado Sampaio**.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO 587/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus dos servidores abaixo relacionados, no período de 17 a 18 de junho de 2025, para participar de atividades de planejamento institucional da Secretaria Especial da Mulher, em Caroebe.

SERVIDOR	MATRÍCULA
Claudete de Araújo Cordeiro	30889
Cléber Silva Veras	34103
Maria Djanira de Oliveira da Silva	30890
Nayara Soares da Silva	33905
Rodrigo Silva Sousa	31717
Thaize da Silva Florêncio	30467
Wegy Gomes da Silva	30892

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 588/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução 576/2025, publicada no Diário Oficial da ALERR, edição 4433, de 17 de junho de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 589/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do deputado Armando do Carmo Araújo, no período de 18 a 21 de junho de 2025, para participar de reuniões institucionais de interesse da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural deste Poder Legislativo, em Fortaleza.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 590/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do deputado Francisco dos Santos Sampaio, no período de 15 a 23 de junho de 2025, para tratar de assunto do interesse deste parlamento, em Fortaleza e Recife.

Parágrafo único. As diárias serão concedidas no período de 16 a 17 de junho de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 591/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus da servidora Claudilene Silva, matrícula 24670, no período de 15 a 23 de junho de 2025, para assessorar o presidente da ALERR, deputado Francisco dos Santos Sampaio, em Fortaleza e Recife.

Parágrafo único. As diárias serão concedidas no período de 16 a 17 de junho de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 592/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do servidor Flávio Rogério de Almeida Barroso, matrícula 26715, no período de 15 a 23 de junho de 2025, para assessorar o presidente da ALERR, deputado Francisco dos Santos Sampaio, em Fortaleza e Recife.

Parágrafo único. As diárias serão concedidas no período de 16 a 17 de junho de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 593/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do servidor Sergio Mateus, matrícula 14599, no período de 29 de junho a 3 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 594/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do servidor Charles de Oliveira Parente, matrícula 18771, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 595/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus da servidora Danielle da Silva Oliveira, matrícula 27200, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 596/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do servidor Janderson Junho dos Reis Barbosa, matrícula 33397, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 597/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do servidor Orlando Vagno de Jesus Santos, matrícula 27012, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 598/2025

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus da servidora Flora Maria da Silva Coimbra, matrícula 26907, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2025, para participar do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), em Brasília.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**RESOLUÇÃO Nº 6294/2025-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o usufruto das férias do servidor(a) JULIANA RODRIGUES DE MATOS, matrícula: 22299, programadas para 23/06/2025 a 07/07/2025, referente ao exercício de 2024, por necessidade da administração conforme memorando SUPCOM-ALE Nº 338/2025.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 18/08/2025 a 01/09/2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 6295/2025-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o usufruto das férias do servidor(a) KAROLINA DA SILVA CHAVES, matrícula: 31652, programadas para 23/06/2025 a 02/07/2025, referente ao exercício de 2025, por necessidade da administração conforme memorando Nº 117/2025-PGA/ALE/RR.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna,

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 6296/2025-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o usufruto das férias do servidor(a) JOSE FRANCISCO DA SILVA, matrícula: 27365, programadas para 23/06/2025 a 07/07/2025, referente ao exercício de 2025, por necessidade da administração conforme memorando Nº 117/2025-PGA/ALE/RR.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 02/09/2025 a 16/09/2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 6297/2025-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o usufruto das férias do servidor(a) VIVIAN NINA NUNES, matrícula: 14611, programadas para 23/06/2025 a 07/07/2025, referente ao exercício de 2024, por necessidade da administração conforme memorando Nº 355/2025-SUPADM.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 08/09/2025 a 22/09/2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

